

Conferências e Deliberações do 37^o Encontro Nacional CFESS/CRESS

Tema Central

Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: O Conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projeto Ético-Político Profissional

25 a 28 de setembro de 2008

Brasília - DF

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador)

Brasília – DF

2009

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
Gestão 2008-2011

Atitude Crítica para Avançar na Luta

Presidente: Ivanete Salete Boschetti (DF)

Vice-presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (CE)

1ª. Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

2ª. Secretária: Neile d'Oran Pinheiro (AM)

1ª. Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF)

2ª. Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA)

Conselho Fiscal

Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN); Pedro Alves Fernandes (MG); Katia Regina Madeira (SC)

Suplentes

Edval Bernardino Campos (PA);

Rodriane de Oliveira Souza (RJ);

Marinete Cordeiro Moreira (RJ);

Kênia Augusta Figueiredo (MG);

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PE);

Maria Elisa dos Santos Braga (SP);

Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS);

Marylúcia Palmeira Mesquita (CE)

Organização da Publicação: Conselheira Rosa Helena Stein

Assessoria de Comunicação: Bruno Costa e Silva

Projeto Gráfico: Márcia Carnaval

Capa: Marcelo Vilodres Dias, a partir da arte do XXXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS

Diagramação: Marcelo Vilodres Dias

Impressão: Gráfica e Editora Renascer

Brasília, setembro de 2009

Tiragem: 1000 exemplares

O XXXVII Encontro Nacional CFESS/CRESS foi organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (Gestão 2008-2011) e pelo CRESS 8ª Região/DF, nos dias 25 a 28 de setembro de 2007.

Comissão Organizadora:

CFESS

Erivã Garcia Velasco

Ivanete Salete Boschetti

Kátia Regina Madeira

Pedro Alves Fernandes

Rosa Helena Stein

CRESS – 8ª. Região – DF

Cândida de Almeida Silvestre

Fernanda da Silva Fernandes

Mariana de Souza

Raimunda Nonata Carlos Ferreira

Thallyta de Carvalho Tomimatsu

Sumário

Apresentação

Programação

Mensagem de Abertura

CRESS-DF – Fernanda Fernandes

ENESSO – Laura Gontijo

ABEPSS – Samya Rodrigues

CFESS – Ivanete Boschetti

Conferências

Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: O Conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projeto Ético-Político Profissional

Reinaldo Gonçalves (UFRJ)

Ivanete Boschetti (CFESS)

A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas

Sâmia Rodrigues Ramos (UERN)

Elaine Rossetti Behring (UERJ)

Deliberações

- I. Fiscalização profissional**
- II. Ética e direitos humanos**
- III. Seguridade social**
- IV. Formação profissional**
- V. Relações internacionais**
- VI. Comunicação**
- VII. Administrativo-financeiro**

Anexos

Carta de Brasília

Moções

Apresentação

Apresentamos com satisfação os Anais do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Brasília, no período de 25 a 28 de setembro de 2008, que teve como tema central **Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: O Conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projeto Ético-Político Profissional**. Este foi o tema da conferência de abertura, realizada pelo economista Reinaldo Gonçalves e pela presidente do CFESS, Ivanete Boschetti, que analisaram a condição bárbara da concentração de renda e riqueza no Brasil, e os limites impostos pelo capital à universalização dos direitos sociais. Os desafios e a agenda do Conjunto CFESS/CRESS nesta conjuntura também foram objeto de reflexão desta mesa, que reafirmou mais do que nunca a atualidade do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.

Os limites e possibilidades históricas de realização desse projeto ético-político profissional foram debatidos pelas professoras e assistentes sociais Sâmya Rodrigues e Elaine Behring, na mesa redonda intitulada **A hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas**. Estes debates forneceram importantes subsídios para os trabalhos dos grupos temáticos, que se dedicaram à discussão das propostas elaboradas nos Encontros Descentralizado, organizadas nos seguintes eixos temáticos: Fiscalização Profissional, Ética e Direitos Humanos, Seguridade Social Formação Profissional, Relações Internacionais, Comunicação e Administrativo-financeiro.

As discussões foram realizadas em grupos, nos respectivos eixos, que aprovaram, inicialmente, as propostas que foram submetidas à plenária final. O Encontro contou, ainda, com apresentação de atividades culturais em consonância com a proposta central do evento.

Além de ser a instância máxima de deliberação e construção coletiva da categoria, este Encontro Nacional teve um significado especial por ser o primeiro das gestões do Conjunto CFESS/CRESS para o triênio 2008-2011. Foi um rico momento de socialização de informações, de avaliação do que foi feito nos oito meses iniciais de gestão, de análise política crítica da conjuntura, de expressão de posições, e de tomada de decisão. Foi um momento privilegiado em que os participantes puderam se municiar de argumentos e idéias e realizar troca de experiências, partilhar e dirimir dúvidas, angústias e dificuldades e, sobretudo, exercitar a construção coletiva e materializar

nossa compreensão de Conjunto CFESS/CRESS. O reconhecimento de nossas conquistas e a identificação de nossos desafios foi fundamental para nos subsidiar na análise crítica da realidade e na formulação de estratégias sintonizadas com os princípios e valores do nosso Código de Ética;

No contexto de uma conjuntura extremamente adversa, quando mais uma crise do capital eleva juros, aumenta o custo de vida, provoca desemprego, estimula novos nichos de acumulação como os cursos de graduação à distância, e coloca o Estado para socorrer os bancos e sustentar a economia do capital, o Conjunto CFESS/CRESS mantém-se firme na defesa de um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana e socialização da riqueza socialmente produzida. Remando contra a maré, os debates mostraram as importantes conquistas neste ano de 2008:

1. Fortalecimento da gestão democrática, com a realização dos Seminários de Gestão Fiscal e Capacitação das COFIs; dinamização dos grupos de trabalho envolvendo o CFESS e os CRESS; e realização dos Encontros Descentralizados, em preparação para esse Nacional;
2. Aprofundamento de debates de temas polêmicos como o Exame de Proficiência e a Metodologia do Depoimento Sem Danos, que culminou no Seminário Nacional em junho e subsidiou as decisões do Encontro Nacional, que se posicionou contrário à realização do Exame de Proficiência no Serviço Social e reconheceu que a inserção de assistentes sociais na Metodologia de Depoimento Sem Danos não constitui competência e atribuição profissional;
3. Fortalecimento do Serviço Social no mundo, com a realização da Conferência Mundial, reeleição do Serviço Social na FITS, e participação no Comitê Mercosul de Trabalhadores Sociais;
4. Aproximação do CFESS dos CRESS junto à categoria, com participação ativa na semana do(a) assistente social; presença em diversos eventos organizados pelos CRESS; visita de apoio aos CRESS de PI, TO, RO e GO pelo CFESS;
5. Lutamos para melhorar as condições de trabalho, com o movimento pela aprovação do PL 30 horas na Câmara, com a luta pelo concurso para o INSS, sendo uma grande conquista sua realização ainda nesse ano;
6. Elaboração de plano de lutas em defesa da formação profissional em conjunto com as entidades da categoria - ABEPSS e ENESSO;

7. Aprovação da resolução para regulamentação da supervisão direta de estágio, com participação ativa dos CRESS, que será um importante instrumento de luta contra a precarização da formação e do exercício profissional;
8. Reestruturação e dinamização da comunicação e identidade visual do CFESS, com revisão do site, publicação do Boletim eletrônico **CFESS Informa**, que terá periodicidade mensal, publicação de cinco **CFESS Manifesta**, publicação de texto sobre o CFESS na Revista Serviço Social e Sociedade;

Todas essas conquistas só foram possíveis porque acreditamos em nosso projeto ético-político profissional e nos movemos para fortalecê-lo cotidianamente e coletivamente, o que se expressa pelo número de participantes no Encontro Nacional: 170 delegadas/os, sendo 75 representantes da base e 95 das direções dos CRESS e CFESS, 41 observadora(e)s e 31 convidada(o)s, totalizando 242 participantes, que estiveram presentes e se envolveram ativamente nas discussões e debates nas conferências, mesas-redondas, trabalhos de grupo e plenária final.

Assim, trazemos ao público as conferências realizadas, bem como as deliberações por eixo temático, a Carta de Brasília, que expressa nossa análise de conjuntura e as moções aprovadas pela plenária final.

A avaliação da(o)s participantes, apontou a necessidade de redimensionar a dinâmica de trabalho para o próximo Encontro Nacional, de modo a torná-la menos exaustiva e evitar repetições das propostas apresentadas nos descentralizados. Indicou, ainda, a pertinência e importância dos debates, considerados instigantes, e fundadas nos princípios do direito à participação, à democracia, respeito à diversidade de opiniões e tomada de decisão coletiva, conforme instrumentos legais e prática política do Conjunto.

Desejamos que o processo e resultados deste 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS e, em particular, a agenda política aprovada, contribuam no fortalecimento do Conjunto CFESS/CRESS, da profissão, e do nosso projeto ético-político profissional e se constitua em um instrumento de luta em torno daquele que deve ser o foco de nossa atenção: construir estratégias de resistência à ofensiva capitalista e caminhar firmes e seguros na direção da emancipação humana.

Brasília, setembro de 2009

Ivanete Boschetti

Conselheira Presidente

Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta - 2008-2011

Programação

25/09/2007 (quinta-feira)

9h00 às 15h00 – Credenciamento das delegações

16h00 – Leitura e aprovação do Regimento – CFESS e CRESS/RN

16h30 – Abertura: CFESS – CRESS/DF – ABEPSS – ENESSO

17h00 – Chamada das delegações

18h00 às 19h30 – Conferência de Abertura

Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: O Conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projeto Ético-Político Profissional

Conferencistas:

Reinaldo Gonçalves – Economista, professor da UFRJ

Ivanete Boschetti – Assistente social, professora da UNB, presidente do CFESS

19h30 às 21h00 – Debate

21h00 – Coquetel e atividade cultural (Grupo musical “Damas de Ouro”)

26/09/2008 (sexta-feira)

8h30 às 10h30 – Mesa redonda

A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas

Palestrantes:

Sâmya Rodrigues Ramos – Assistente social, professora da UERN

Elaine Rossetti Behring – Assistente social, professora da UERJ

10h30 às 12h00 – Debate

12h00 – 14h00 – almoço

14h00 às 18h00 – Grupos temáticos

- Formação Profissional
- Administrativo-financeiro

19h00 – Atividade Cultural (Grupo musical “Avacalhando o Vocal”)

27/09/2008 (sábado)

8h30 às 12h00 – Grupos temáticos

- Seguridade Social
- Relações Internacionais e Ética e Direitos Humanos

14h00 às 18h00 – Grupos temáticos

- Fiscalização Profissional
- Comunicação

28/09/2008 (domingo)

8h30 às 17h00 – Plenária de deliberações

17h00 às 18h00 – Avaliação e encerramento

Conferência

Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: O Conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projeto Ético-Político Profissional

Conferencistas:

Reinaldo Gonçalves

Ivanete Boschetti

Trabalho, riqueza e vulnerabilidade externa

Reinaldo Gonçalves

Professor titular de Economia, UFRJ

Boa noite.

A minha palestra baseia-se, em grande medida, no material apresentado no meu último livro, em co-autoria com Luiz Filgueiras, *A Economia Política do Governo Lula*, Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2007.

No atual debate sobre a economia brasileira há duas teses importantes: (1) houve melhora da distribuição de renda e da distribuição da renda do trabalho; e, (2) a blindagem da economia brasileira frente às turbulências internacionais, ou seja, há maior sustentabilidade externa. Nesta palestra pretendo demonstrar teses distintas: (1) houve piora na distribuição funcional da renda e maior concentração da riqueza; e (2) a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira tem aumentado e há tendência de forte deterioração das contas externas do país.

A Tese Nº 1 é que houve piora na distribuição funcional da renda e maior concentração da riqueza no país nos últimos anos.

O primeiro fato concreto é que a renda do trabalho tem tido desempenho medíocre. E, ademais, a renda do trabalho tem perdido em relação à renda do capital.

Os dados do IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego das principais regiões metropolitanas) mostram claramente que sobre o rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas (média móvel 12 meses) no terceiro trimestre de 2008 ainda era inferior ao de 2002.

Em 2008 o rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas é de R\$ 1237,00, R\$ 1221,00 em 2007, inferiores ao rendimento médio de R\$ 1257,00 em 2002.

Ou seja, o rendimento médio real do trabalhador era 2,9% menor em 2007 e 1,6% menor em 2008 comparativamente a 2002.

Este quadro é confirmado com os dados da PNAD sobre o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho. Este rendimento mostrou nítida tendência de queda no período 1997-2004 e se recuperou desde então. Entretanto, o valor deste rendimento em 2007 (R\$ 960,00) ainda era inferior aos valores em 1997 (R\$ 1011,00) e em 1998 (R\$1003,00). O “vale” da curva de rendimento na forma de U foi em 2003—04 quando este rendimento foi de R\$ 831,00.

O fraco desempenho da renda do trabalho também pode ser constatado quando se compara a evolução do salário médio real com a renda *per capita*. No período 2003-07 o crescimento médio anual do rendimento médio real efetivo nas principais regiões metropolitanas foi de 1,3% enquanto o POB per capita cresceu 2,4% anualmente. Assim, o rendimento acumulado do trabalhador foi de 6,8% enquanto o crescimento acumulado do PIB per capita foi de 12,4% no período 2003-07. Portanto, temos alguma evidência de que a renda do trabalho perdeu relativamente às rendas do capital e da terra (lucro, juro e aluguel).

O fraco desempenho dos salários não é compensado pela elevação do emprego. A curva de evolução da taxa de desemprego (PNAD) mostra a forma de um U invertido. Esta taxa aumentou até 1999 e se manteve acima de 9% até 2005. Somente em 2006 é que esta taxa se reduz para 8,4%. De fato, a taxa média de desemprego aumentou de 8,5% no período 1995-2002 para 8,9% no período 2003-07.

Comparativamente a outros países da América Latina o Brasil tem desempenho desfavorável quando se examinam as evoluções da remuneração média real dos trabalhadores. Segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, *Balanco Preliminar da Economia América Latina e do Caribe*, 2007), o Brasil tem o segundo pior desempenho no conjunto de 10 países para os quais os dados estão disponíveis. Comparando 2007 com o período 2001-02, os maiores ganhos para os

trabalhadores foram observados na Argentina, Chile e Colômbia. As maiores perdas de renda real para os trabalhadores ocorreram na Venezuela, Brasil e Uruguai.

No entanto, a maior parte dos analistas destaca que houve melhora na distribuição da renda no Brasil nos últimos anos.

De fato, tem havido queda do índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho no Brasil. Este índice reduz-se continuamente a partir de 1997. Neste ano o índice de Gini foi de 0,580, caiu para 0,563 em 2002 e 0,528 em 2007. Parte expressiva desta melhora do índice de Gini resulta da elevação média anual da ordem de 5% do salário mínimo real desde 1995.

Por outro lado, os dados das contas nacionais do IBGE sobre distribuição funcional de renda mostram que a relação entre a massa de salários reduziu-se de 95,2% em 2001 para 89,9% em 2002 e 86,5% em 2004. Em 2005 houve incremento para 90,2%. Ou seja, a relação entre a massa de salários e a massa de lucros em 2005 ainda era menor do que esta relação em 2001.

Ademais, a participação da massa de salários no PIB reduziu-se de 31,9% em 2001 para 30,8% em 2004. Em 2005 esta participação foi de 31,7%, ainda inferior aquela observada em 2001.

Na realidade, o desempenho medíocre da massa de salários no Brasil durante os governos FHC e Lula decorre, em grande medida, da natureza da política macroeconômica. Esta política tem se caracterizado a partir de 1999 por elevadas taxas de juro, câmbio flexível e superávits primários nas contas do governo federal. O resultado é que a relação juro/salário tem se mantido em níveis elevados desde 1995.

Na realidade, o regime de meta de inflação e os juros altos expressam a dominação financeira existente no Brasil. Os bancos constituem, juntamente com o agronegócio, o núcleo duro dos setores dominantes. Na prática a dominação financeira resulta na crescente participação dos bancos no processo de apropriação da riqueza. Para ilustrar, a relação entre os ativos dos três maiores bancos privados brasileiros (Itaú, Bradesco e Unibanco) e o PIB aumentou de 11,6% no período 1995-98 para 17,2% em 1999-2002 e 19,3% em 2003-06. Nestes períodos, a relação entre o patrimônio líquido

destes três grandes bancos e o PIB aumentou de 1,4% para 1,9% e 2,2% respectivamente.

Em síntese, estes números indicam que tem havido melhora evidente na distribuição da renda, principalmente, da renda do trabalho. Além dos benefícios da previdência (BPC, aposentadoria rural e LOAS), o incremento do salário mínimo também tem tido efeito positivo. No entanto, os governos FHC e Lula têm se caracterizado pela política de juros elevados e pela manutenção da estrutura tributária marcada pela regressividade (ricos pagam proporcionalmente menos tributos do que os pobres). O resultado é a manutenção da distribuição da riqueza e da renda total (salários, juros, lucros e aluguéis) altamente concentrada na mão de uma minoria.

A Tese Nº 2 é que a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira tem aumentado e há tendência de forte deterioração das contas externas do país.

Neste ponto cabe fazer a distinção conceitual da maior relevância para se entender as características marcantes e atuais da economia brasileira. Trata-se, aqui, da distinção entre as vulnerabilidades externas conjuntural, comparada e estrutural.

Conforme discuto no meu livro com Luiz Filgueiras (*A Economia Política do Governo Lula*), não há dúvida que os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural, que estavam com tendência de melhora desde a crise cambial de 1999, continuam progredindo durante o Governo Lula. Entretanto, não houve melhora na vulnerabilidade externa da economia brasileira comparativamente ao resto do mundo durante o Governo Lula. Trata-se, aqui, da vulnerabilidade externa comparada, ou seja, de se analisar a evolução dos indicadores brasileiros em relação aos indicadores do resto do mundo. Ademais, as políticas do Governo Lula tendem a reforçar o avanço de estruturas de produção e padrões de inserção internacional retrógrados, que tendem a aumentar a vulnerabilidade externa estrutural do país.

O fato é que as circunstâncias internacionais favoráveis não foram aproveitadas pelo governo Lula para reduzir estruturalmente a vulnerabilidade externa do país. Muito pelo contrário, embalado por elevados superávits comerciais, o modelo liberal periférico (MLP) tem se mantido intacto, abrindo ainda mais a conta financeira do balanço de pagamentos. Assim, a crise global que eclodiu no início de setembro terá impactos decisivos sobre o desempenho da economia brasileira.

O falso argumento da blindagem brasileira assenta-se em três aspectos: (i) menor dependência das exportações brasileiras em relação ao mercado dos Estados Unidos; (ii) elevado nível das reservas internacionais; e, (iii) dinamismo da absorção interna.

O primeiro argumento refere-se à distribuição geográfica das exportações. É verdade que a participação dos Estados Unidos como mercado para as exportações brasileiras de bens reduziu-se de 24,7% em 2001 para 18,0% em 2006. A crise econômica nos Estados Unidos reduziu ainda mais esta participação em 2007-08. Entretanto, neste período houve aumento das participações da China e do México como destino das exportações brasileiras. O problema é que estes países dependem significativamente do mercado dos Estados Unidos. Outrossim, houve aumento do peso relativo das exportações como fonte de expansão da demanda agregada. O coeficiente de abertura (exportação de bens e serviços/PIB) era de 12,2% em 2001 e 14,6% em 2006.

O resultado destes processos é que, no conjunto, os três mercados (Estados Unidos, China e México) tornaram-se importantes para a economia brasileira. Por um lado, houve queda na participação total destes três mercados nas exportações de bens do Brasil de 31,2% em 2001 para 27,3% em 2006. Por outro, com a elevação do grau de abertura da economia brasileira e a maior importância relativa da China e do México nas exportações do país, estes três países passaram a ter maior impacto direto sobre o PIB brasileiro. Assim, as exportações do Brasil para Estados Unidos, China e México tiveram impacto direto sobre o PIB do país de 0,38% em 2001 e 0,40% em 2006. Ou seja, o crescimento de 10% das exportações para estes três mercados tem como efeito direto o aumento do PIB brasileiro de 0,38% em 2001 e 0,40% em 2006. Assim, ao longo dos anos a queda do peso específico dos Estados Unidos foi mais do que compensada pelo aumento do grau de abertura da economia brasileira e do peso específico da China e do México, que dependem do dinamismo do mercado dos Estados Unidos.

O segundo argumento diz respeito ao nível das reservas internacionais. Houve crescimento extraordinário, principalmente, a partir de meados de 2006. Entretanto, a situação externa do Brasil está marcada por dois problemas sérios: o desequilíbrio de estoque derivado do crescimento do passivo externo a partir de 2003 e a forte deterioração dos fluxos do balanço de pagamentos a partir de 2007.

O passivo externo do país quase triplicou visto que passou de US\$ 343 bilhões em 2002 (final do ano) para US\$ 939 bilhões em 2007. Neste mesmo período, o passivo externo líquido (passivo menos ativo) cresceu de US\$ 230 bilhões para US\$ 574 bilhões. Como proporção do PIB o passivo externo líquido encontrava-se no final de 2007 em nível (aproximadamente 44%) não muito diferente daquele de 2002, quando houve crise cambial.

Ainda em relação ao passivo externo, vale notar que parte expressiva deste passivo é de curto prazo. Trata-se fundamentalmente dos empréstimos intercompanhias, créditos comerciais, investimento em ações, investimento em títulos de renda fixa e derivativos. Estima-se, então, que o passivo externo de curto prazo é, pelo menos, duas vezes o nível das reservas internacionais se tomarmos como referência os dados do final de 2007. Isto significa, na prática, que caso o governo decida garantir certa estabilidade da taxa de câmbio há o risco de queda abrupta das reservas internacionais em pouco tempo. E isto caracterizaria uma crise cambial.

Além do desequilíbrio de estoque, o Brasil defronta-se com o problema de desequilíbrio de fluxos derivado da acelerada deterioração das contas externas. Previsões apontam no sentido da forte queda do superávit comercial de bens e, principalmente, do surgimento de déficit da conta corrente em 2008-09. Ou seja, os fundamentos da economia estão comprometidos. Os desequilíbrios de fluxos afetam o mercado de divisas e as expectativas. A situação pode se tornar mais crítica na hipótese de saída abrupta e significativa de fluxos de capitais internacionais.

O terceiro e último argumento destaca o dinamismo da demanda interna como amortecedor da retração da demanda externa derivada da crise internacional. Entretanto, a economia brasileira é marcada por um padrão retrógrado de inserção no sistema mundial de comércio e pela sua posição de fragilidade no sistema financeiro internacional. A dependência do país em relação às *commodities* é um problema sério na medida em que a crise econômica internacional provoca movimento de queda dos preços no mercado internacional. A reversão e forte queda dos preços das *commodities* afetaram o desempenho do agronegócio exportador a partir de meados de 2008. Mesmo na indústria, houve elevação do grau de abertura e há setores com elevada dependência em relação ao mercado internacional.

Ademais, as dificuldades de obtenção de financiamento externo afetam o agronegócio, o sistema financeiro brasileiro e os planos de captação de recursos pelas empresas de todos os setores. Estes fatos implicam, na realidade, problemas de acesso ao capital externo e maior custo de captação tanto no mercado externo como no mercado interno. Estes fatos inibem a oferta de crédito para consumo, a disponibilidade de capital de giro e o investimento.

As dificuldades crescentes no sistema financeiro internacional são ilustradas pela forte elevação do *spread* dos títulos brasileiros. Em 2008, este *spread* aumentou de 179 no início de junho, para cerca de 350 no início de setembro.

Com a crise econômica internacional, as fragilidades do país reaparecerão com toda a força, evidenciando mais uma vez os limites estruturais do Modelo Liberal Periférico e da sua política macroeconômica. Os efeitos sobre a economia brasileira e a resposta das autoridades econômicas são conhecidos. A desaceleração do comércio mundial terá um impacto imediato sobre o valor das exportações, com a redução das quantidades exportadas e a queda dos preços das *commodities* agrícolas e industriais. A redução dos saldos da balança comercial e, em consequência, da conta de transações correntes do balanço de pagamentos, implicará aumento da dependência em relação aos fluxos de capitais internacionais – necessários para o equilíbrio do balanço de pagamentos. Como essa situação será a regra dos países periféricos, as taxas de juros exigidas pelos capitais de curto prazo – e com tendência de buscar proteção nos títulos do governo americano – tenderão a se elevar, provocando, em cadeia, a elevação das taxas de juros domésticas. Em resumo: reaparecerá a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira – mascarada até aqui pelos grandes saldos obtidos atualmente no comércio exterior –, agora também explicitada pelo seu lado comercial e reforçada pelo lado financeiro.

O crescimento da vulnerabilidade externa, num quadro de redução dos saldos da balança comercial e elevadas taxas de juros, será acompanhado de uma aceleração do crescimento da dívida externa e interna, que tornará ainda mais débil os efeitos da política de elevados superávits primários – evidenciando-se, mais uma vez, que o problema fundamental da fragilidade financeira do Estado se localiza na vulnerabilidade externa e na política monetária.

A crise brasileira já era prevista bem antes da eclosão da crise internacional. Lamentavelmente, o trabalhador brasileiro será a principal vítima (principalmente, via desemprego e perda de renda) da crise em decorrência das políticas equivocadas do Governo Lula e da vulnerabilidade externa estrutural do país. A adesão da grande maioria dos analistas ao otimismo irresponsável também tem influência nesta “morte anunciada” da economia brasileira frente à crise global. Lamentável é saber que perdemos as oportunidades criadas pela fase ascendente do ciclo internacional (2003-07). E é bem provável que a crise brasileira só esteja começando.

Para concluir, podemos sintetizar os argumentos afirmando que não houve qualquer mudança na distribuição funcional da renda que compara renda dos trabalhadores (salários) com a renda dos rentistas (que vivem de juro e aluguel) e dos capitalistas (lucro). E, ademais, o país mantém uma das estruturas mais concentradas de riqueza do mundo. Estes fatos resultam da manutenção dos pilares da política macroeconômica durante dos governos FHC e Lula, a ausência de reforma tributária progressiva, a implementação do Modelo Liberal Periférico e a consolidação do bloco de poder dominante (setor financeiro e agronegócio). Outra tese importante é que houve aumento da vulnerabilidade externa estrutural do país nos últimos anos. Na fase ascendente do ciclo econômico internacional (2003-07) o governo Lula desperdiçou excelente oportunidade para aumentar a capacidade de resistência do país a fatores desestabilizadores externos. De fato, houve aumento da vulnerabilidade externa estrutural do país de forma que no período de crise econômica que se inicia o Brasil apresenta “blindagem de papel crepom”. A desaceleração do crescimento econômico será forte no futuro próximo e o Brasil sofrerá as conseqüências da crise global que serão agravadas pelas fragilidades e vulnerabilidades do país.

Obrigado!

Ivanete Boschetti
Assistente Social, Professora da UNB
Presidente do CFESS

“Boa noite a todos e todas. Ao propor esse tema para debate no Encontro Nacional CFESS/CRESS estamos trazendo para reflexão o que foi aprovado no ano passado como temática que deve integrar a campanha central da gestão 2008-2011. Ao inseri-lo na programação, estamos cumprindo a deliberação aprovada em 2007 e também reafirmando que discutir direitos, trabalho e defender a socialização da riqueza é expressar nosso compromisso ético, político e profissional com a classe trabalhadora.

A luta por trabalho com direito tem sido a nossa luta maior no âmbito da defesa dos direitos no capitalismo. É mais do que uma agenda dos movimentos de resistência. A luta por direito, trabalho e pela socialização da riqueza diz respeito à condição de vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que vivem da venda de sua força de trabalho.

Portanto, defender direitos, trabalho com qualidade e socialização da riqueza constitui uma mediação cotidiana fundamental para consolidar e fortalecer os princípios e valores que estão no nosso código de ética profissional e que dão sustentabilidade ao projeto ético político profissional.

Defender a universalização dos direitos, trabalho com qualidade e socialização da riqueza nesse contexto e conjuntura adversos, vem sendo e continuará sendo, certamente, um projeto que vai requerer firmeza das nossas convicções e dos nossos princípios e radicalidade das nossas análises e propostas. Isso porque este contexto de mundialização do capital tem impacto ainda mais destrutivo nas condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo porque há uma transferência mais contundente dos recursos públicos para o mercado e para o capital.

A crise atual, já analisada aqui pelo professor Reinaldo Gonçalves, que me antecedeu, é mais uma crise do capital, na qual novamente o Estado é chamado a intervir para socorrer os bancos. Os jornais de ontem publicaram uma frase emblemática do Delfin Neto proferida num encontro de empresários em São Paulo, que dizia “não se preocupem, os governos vão salvar os mercados”. E é exatamente isso que estamos vendo. O Banco Central divulgou hoje o socorro aos bancos, com transferência de 13 bilhões do orçamento público aos bancos no Brasil. Nessa conjuntura, obviamente, lutar por direitos, trabalho com qualidade e socialização da riqueza é nadar contra a maré, é seguir na contracorrente desses movimentos, mas é seguir na direção e no sentido da defesa dos princípios e valores que sustentam o nosso projeto ético político profissional.

Não há como ser firmes e fiéis ao projeto ético político profissional se não incorporarmos essa defesa e não nos mantivermos fiéis na defesa da socialização da riqueza, na construção de outra sustentabilidade, na luta pelos direitos da classe trabalhadora. Seria ingênuo acreditar que é possível compatibilizar duas posições

antagônicas de defesa do projeto e de ausência de crítica à sociabilidade do capital que destrói os direitos sociais e que vem reduzindo a participação social, ampliando a privatização da riqueza e diminuindo sua socialização parcial pela via do acesso aos rendimentos do trabalho. Isso tem efeito e consequência direta na estruturação dos direitos, nos rendimentos do trabalho, no orçamento público e no investimento público necessário à universalização dos direitos sociais.

Já foi apontado no Seminário de Controle Social realizado ontem, análise contundente sobre o que vem significando a extração de recursos públicos de todas as políticas sociais, e especialmente do orçamento da Seguridade Social, para sustentar essa política macro econômica e o socorro, neste caso imediato, aos bancos, mas também a transferência de recursos públicos ao setor privado. Essa política, que intenciona estabelecer alguma regulação, algum equilíbrio no mercado, é absolutamente favorável ao capital. Mais que estabelecer “equilíbrio econômico”, entretanto, visa assegurar um mercado consumidor necessário à reprodução do capital.

Ao analisarmos os dados sobre o investimento nos direitos sociais, tanto a PNAD de 2005 quanto a de 2007, vem mostrando que há uma queda no gasto social per capita no Brasil, o qual caiu 2,73% no período 2003-2005 em comparação com o período 2001-2002. Claro que isso tem relação com a política econômica, regida pela iniquidade, e que se coloca a favor da rentabilidade econômica e não a favor do atendimento às necessidades sociais e nem da garantia dos direitos para a população trabalhadora.

Nós temos no Brasil, e isso foi apontado no Seminário de Controle Social, o aumento de gastos sociais em algumas políticas sociais e nítida redução em outras políticas sociais. De modo geral, vem ocorrendo leve crescimento dos gastos com a Seguridade Social. Mas quando se observa o investimento feito nas três políticas que compõem a Seguridade Social, o que se vê é um crescimento de recursos na política de assistência, que foi de 11% nesse período de 2004-2007 e uma queda de 0,7% na saúde, de 7,4% na educação, 5% na cultura, 44% na habitação e saneamento. É por isso que nós devemos realizar no conjunto CFESS/CRESS a discussão sobre qual é o sentido do Estado social que está sendo construído, desenvolvido e instaurado no Brasil, tendo como parâmetro o que foi aprovado na Constituição de 1988, ou seja, a perspectiva do estabelecimento de um amplo conjunto de políticas sociais.

Alguns autores vêm defendendo que o aumento de investimento na área social, mais especialmente na política de assistência social, vem estabelecendo, no Brasil, a constituição de um Estado assistencial e não de um Estado social. Ontem, no Seminário de Controle Social, essa tendência foi questionada, e deve ser objeto de uma análise mais aprofundada. O Brasil está instituindo um Estado assistencial em contraposição a um Estado social? Essa é uma questão que nós deveremos discutir profundamente no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, não só porque ela nos diz respeito diretamente, do ponto de vista da nossa intervenção profissional, mas porque ela também estabelece

qual é o sentido das políticas sociais e qual é o sentido da intervenção do Estado nas políticas públicas e na constituição dos direitos.

No caso do Serviço Social, especificamente, também ficou evidente no debate de ontem sobre a representação dos CRESS nos Conselhos de gestão de Políticas e de Direitos, a importante atuação e intervenção dos Conselhos Regionais nos Conselhos de Assistência Social, sendo esse o principal campo de intervenção do ponto de vista da participação política nos espaços de controle social democrático.

Portanto, precisamos refletir qual é o sentido desse avanço no âmbito do investimento na política de Assistência Social, sobretudo em programas como o bolsa família, que é o programa responsável pela queda da desigualdade social de 1,1% ao ano nos últimos 5 anos, apontada pelo índice de gini. Segundo análise do IPEA, os responsáveis por essa redução são, primeiramente, o bolsa família, em seguida, o benefício de prestação continuada (BPC) da LOAS; em terceiro lugar o programa de Previdência para os trabalhadores rurais e só em quarto lugar os rendimentos do salário mínimo. O que se conclui é que o acesso aos rendimentos que provocou a redução de desigualdade social vem se dando de forma preponderante pelos programas da Assistência Social e não pelos direitos do trabalho.

Quando falamos em direito, trabalho com qualidade e socialização da riqueza, o que estamos defendendo ou quais caminhos, estratégias e políticas para distribuição da riqueza socialmente produzida nós estamos defendendo?

Essa crise atual revela, mais do que nunca, aquilo que o Celso Furtado disse certa vez, que no Brasil nós temos uma tendência de privatização da riqueza e de socialização das perdas. Os dados apresentados pelo professor Reinaldo Gonçalves nos mostra exatamente isso: a desigualdade social continua sendo, no Brasil, extremamente aguda. A PNAD divulgada essa semana mostra que continuamos com o mesmo índice e patamar de concentração de renda e riqueza. Nós ainda temos 10% da população mais pobre que fica com apenas 1% da renda do trabalho. E continuamos com o mesmo índice de 10% dos mais ricos que ficam com 44,7%. Esse dado não se alterou em nada da PENAD de 2005 para 2007, apesar dos índices de redução da desigualdade social apontada pelo índice de gini.

Assim, é inaceitável que um país colocado entre as 11 nações mais ricas do mundo, tenha as piores condições em termos da desigualdade econômica e social, de acesso a direitos e condições de vida, de violação dos direitos e não valorização da vida. É indignante que tenhamos um país que continua fortalecendo a dualização e a corrosão da sociabilidade que se expressam pelos altos índices de violência, que atinge de maneira absolutamente perversa os jovens. Nos últimos 10 anos morreram cerca de 600 mil pessoas no Brasil vítimas de violência urbana, e a maioria era de jovens com idade entre 15 e 25 anos. Os jornais de Brasília de hoje, estamparam na primeira página a condição de vida de meninos e meninas, crianças e adolescentes entre 9 e 14 anos, que estão sendo absolutamente ceifados de seu direito à vida, porque são obrigados a se prostituir nas ruas de Brasília por R\$ 2,00, R\$ 3,00 ou R\$ 5,00 em flagrante delito de

pedofilia. Sendo essa uma situação decorrente da não garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da ausência de uma política social efetiva de proteção a criança. Inexiste recursos para assegurar a proteção integral prevista no ECA, mas existe recurso para repassar 13 bilhões de reais para sustentar os bancos. Quais são as prioridades, onde devem ser investidos os recursos, qual é o papel do Estado, qual é a natureza das políticas sociais que defendemos? Que tipo de trabalho e que direitos defendemos no âmbito do conjunto CFESS/CRESS?

Quando pautamos esse tema, consideramos que a luta por direitos e por trabalho com qualidade deve ser compreendida como mediação na perspectiva da luta histórica pela construção de uma nova sociabilidade, não capitalista, que não mercantilize a vida, não obrigue pessoas, crianças, adolescentes, meninos e meninas a venderem seu corpo, não só a força de seu trabalho, mas a venderem o que é mais precioso que é a sua infância, o seu direito a vida, para garantir R\$ 3,00 para comprar pão e leite e se alimentar. Fiquei muito impactada quando vi a foto de um menino que aparentava 12 anos entrando em um carro no centro de Brasília, ilustrando a primeira página dos jornais. Não que não saibamos disso, mas quando vemos a cena às 9 hs da manhã, no nosso cotidiano, e também nas páginas dos jornais, isso desnuda a impunidade e a fragilidade do Estado no enfrentamento dessa situação de violação do direito dessas crianças e adolescentes, das trabalhadoras e trabalhadores que não tem emprego. E nesse mesmo dia o mesmo jornal mostra a transferência de 13 bilhões de reais para socorrer os bancos que, não vamos esquecer, foram os setores mais lucrativos nos 5 últimos anos.

Portanto, quando falamos em lutar por direito, trabalho com qualidade e socialização da riqueza, nós pensamos nessa luta com uma mediação para a construção de uma sociabilidade que assegure efetivamente a emancipação humana. A luta por direitos é uma estratégia para garantir condições para que as pessoas possam viver e ter assegurado o seu direito à vida, moradia, educação, saúde; o direito de poder exercitar livremente o seu direito a viver. O nosso projeto ético político é absolutamente sintonizado com essas questões. Lutar por direitos, trabalho com qualidade e socialização da riqueza significa lutar contra a política da iniquidade, contra a política econômica e social que produz e reproduz essa condição social. Esse processo histórico exige de nós o desafio de resgatar cotidianamente aquelas dimensões constitutivas do nosso projeto ético político. A dimensão teórica que se caracteriza pela reafirmação da análise crítica da sociabilidade capitalista que nos coloca como profissionais que atuam com e nas expressões cotidianas da questão social e, igualmente, como trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam cotidianamente a espoliação dos seus direitos. Essa análise crítica, fundamentada na teoria crítica marxista, nos possibilita compreender o real na perspectiva de totalidade, identificado suas determinações. A incorporação dessa dimensão no fazer profissional nos subsidia com o arsenal teórico-metodológico capaz de nos habilitar para o exercício de nossas competências e atribuições conforme nossa Lei de Regulamentação da Profissão.

Uma segunda dimensão do nosso projeto ético político, que é muito cara ao conjunto CFESS/CRESS, se refere às ações efetivas e cotidianas nos CRESS e no nosso exercício profissional para assegurar as conquistas históricas materializadas no nosso código de ética e na nossa lei de regulamentação. Precisamos garantir firmemente a consolidação e fortalecimento dos nossos marcos legais, que regem esses princípios, diretrizes e valores ético, políticos e profissionais. Além desses, também a política nacional de fiscalização deve ser permanentemente reforçada como instrumento que pode potencializar junto à categoria e aos usuários a luta pelos direitos, pelo acesso a uma vida digna por todos os trabalhadores.

Uma terceira dimensão fundamental na luta pela garantia e defesa do nosso projeto ético político é a articulação entre as entidades nacionais da categoria. Articulação no sentido do seu fortalecimento, na perspectiva de pautar, construir e implementar planos de luta conjuntos, com mesma direção política na defesa dos princípios e valores. Essa organização política não está dada e a sua articulação muito menos, ela foi construída a partir de uma inserção dos trabalhadores e trabalhadoras, profissionais do Serviço Social. Essa construção precisa ser reforçada e lapidada cotidianamente, daí a importância de fortalecermos a articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, como forma de consolidarmos a direção política da categoria na defesa dos princípios e valores que estão no nosso código de ética.

Outra dimensão fundamental na defesa do projeto ético político é a mediação do exercício profissional, do trabalho cotidiano, onde elaboramos nossos projetos de intervenção. O nosso fazer profissional cotidiano é uma mediação fundamental na construção de respostas às expressões da questão social que se colocam como demandas para o profissional em qualquer que seja o nosso campo de atuação, seja na universidade nas demandas do ensino, da pesquisa, da extensão; seja no campo da Seguridade Social, no sócio jurídico; no campo da atuação com famílias, criança e adolescente, na habitação, na reforma urbana. Ou seja, em todos os nossos espaços profissionais, a construção dos nossos projetos profissionais de intervenção, deve estar em sintonia com os princípios e valores do nosso código de ética e projeto, e deve se pautar na leitura crítica da realidade. As respostas e propostas de atuação têm um caráter profissional, mas não só. As respostas às demandas, na maioria das vezes, requerem também ação coletiva, ou seja, articulação com movimentos sociais de resistência na perspectiva de instituir todas as formas de luta possíveis na defesa da ampliação dos direitos, trabalho com qualidade e socialização da riqueza.

Preservar, portanto, e consolidar o nosso projeto ético político profissional, é um desafio não só do conjunto CFESS/CRESS, mas de todos os Assistentes Sociais brasileiros. A defesa firme desses valores e princípios fortalece o Serviço Social como uma profissão de resistência à barbárie, como uma profissão que não se conforma com uma sociedade que faz de seus sujeitos, de seus trabalhadores e trabalhadoras uma mercadoria que possa ser vendida nas ruas ou em lojas de R\$ 1,99.

A intervenção orientada pela luta por direitos, trabalho e socialização da riqueza exige de nós a desmistificação do mito da mundialização como fim da história, da soberania do mercado, da determinação econômica a qualquer custo, da subjugação das conquistas sociais aos ditames da rentabilidade econômica. Esse é o intuito de trazermos esse conjunto de reflexões e defendermos os direitos, o trabalho e a socialização da riqueza como estratégia de ganho, de fortalecimento das lutas da classe trabalhadora como mediação necessária e fundamental na construção de uma sociabilidade não capitalista.

Nesse sentido, temos uma pauta de lutas que deve ser incorporada pelo conjunto CFESS/CRESS. Uma pauta que deve ampliar, incorporar e fortalecer ações, porque muitas delas já fazem parte das nossas intervenções profissionais, políticas e militantes. Uma pauta que fortaleça nossos movimentos em defesa da socialização da política e fortalecimento dos movimentos sociais como foi amplamente defendido e discutido no Seminário de Controle Social ocorrido ontem. Uma pauta que nos coloque intransigentemente na defesa dos valores éticos, em defesa do coletivo e da equidade, no posicionamento contrário a toda forma de violação de direitos, opressão a violência contra as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e contra toda forma de expressão da homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual. Na defesa de uma política econômica que se coloque a serviço do crescimento e da redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária que seja redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho. Pois, hoje no Brasil os tributos incidem apenas 4% sobre o patrimônio, 29% sobre a renda e 67% sobre o consumo. Nos países da comunidade européia ocorre o contrário, e os tributos incidem muito mais sobre o patrimônio e menos sobre o consumo e os rendimentos.

Temos que fortalecer as lutas pela reforma agrária, para reversão da nossa estrutura fundiária que é extremamente concentradora. Hoje, as pequenas propriedades rurais no Brasil que totalizam 2.214.000 minifúndios, dispõem de apenas 7,5% da área rural, enquanto apenas 104.000 grandes propriedades concentram 58% da área rural. Não há como lutar contra desigualdade senão envidarmos uma luta que seja contundente contra a concentração de terras nesse país. Também a defesa do direito ao trabalho e emprego para todos deve fazer parte dessa agenda, com iguais condições de acesso ao trabalho e sem discriminações de nenhuma forma. Hoje, o acesso ao trabalho é excludente. O desemprego não atinge a todos da mesma forma. O desemprego nas regiões metropolitanas é de 20% entre os negros e 15% entre os não negros, é de 21% entre as mulheres e de 15% entre os homens, portanto o desemprego atinge em maior número as mulheres negras. Deve fazer parte da nossa agenda a luta pela ampliação dos salários e dos rendimentos do trabalho, pois o salário mínimo hoje (setembro de 2008) de R\$ 415,00 corresponde a U\$224 dólares, sendo que há um mês ele correspondia a U\$260 dólares, e está longe de assegurar o necessário para a sobrevivência. Segundo o DIEESE, para assegurar a compra da cesta básica, o salário mínimo deveria corresponder a U\$ 1.000. Na realidade, com a crise, o salário está sendo corroído e perdendo o poder de compra e seu valor em relação ao dólar.

Outra pauta que já integra nossa agenda, e ontem foi bastante reiterada no Seminário de Controle Social, foi a proposta, bem interessante, de fazermos um plano de lutas contundente em defesa da Seguridade Social e do Conselho Nacional de Seguridade Social. Essa pauta é extremamente importante e fundamental e deve ser construída com base no que defendemos para a universalização da Seguridade Social, ou seja, é a defesa da saúde pública para todos e posicionamento contrário, conforme já aprovamos no âmbito do conjunto, às “fundações de direito público”. Significa não só lutar pela Seguridade Social, mas incorporar os trabalhadores precarizados, que possuem relações informais de trabalho, que não têm empregos estáveis e não têm contrato de trabalho assinado, pois hoje a previdência atinge somente 47% da população economicamente ativa que contribuem para a Seguridade Social. Significa aumentar os valores dos benefícios pois hoje 80% dos 24.500.000 benefícios possuem valores abaixo de 2 salários mínimos.

Essa agenda envolve, ainda, o fortalecimento da nossa luta pela universidade pública, pela educação laica, universal para todos os níveis e ampliação do número de jovens que estão no ensino superior. Mas, ampliar a partir da expansão de vagas nas universidades públicas e não pela política educacional expansionista que está aí e favorece a expansão desmesurada de cursos privados presenciais e à distância que não asseguram a qualidade e as condições de inserção de conhecimento e de formação para o exercício profissional. Hoje, no Brasil, o índice de jovens com acesso ao ensino superior é um dos menores da América Latina. Enquanto na Argentina é de 60%, no Brasil apenas 21% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Portanto, nós temos muitos desafios, não só no sentido de lutar para expansão dos cursos nas universidades públicas, como também de lutar contra essa política da iniquidade.

Se analisarmos a situação contemporânea em comparação à situação das políticas sociais prevalecentes antes da Constituição de 1988, é inegável que houve avanços, até porque, no Estado autoritário os direitos sociais reconhecidos eram compensação à ausência dos direitos políticos. Mas não é esse mísero avanço que queremos. Lutamos por um Estado Social que seja de fato social e redistribuidor de renda; um Estado Social que assegure o acesso aos direitos para todos. É desse Estado Social que estamos falando. E para responder à questão colocada ontem sobre “qual o Estado democrático de direito que queremos?”, reafirmamos que, quando nos referimos ao Estado democrático de direito, não estamos nos referindo ao Estado democrático de direito burguês, ao Estado democrático de direito formal, que não universaliza os direitos e que favorece o império da desigualdade. Defendemos um Estado democrático de direito com socialização da participação política de todos na construção da universalização dos direitos e das políticas sociais e da socialização da riqueza. É esse Estado Social que defendemos e que colocamos na pauta de luta do Serviço Social. Ao se constituir como uma profissão que atua predominantemente na formulação, execução, implementação das políticas sociais, bem como na assessoria à organização

dos movimentos sociais, muito do nosso foco de atuação é a mediação para garantia e ampliação de acesso aos direitos.

Nesse sentido, nossos compromissos com a ampliação dos direitos não são apenas compromissos políticos, eles são também éticos e teóricos, no sentido que de reconhecer que a materialização dos direitos no capitalismo é uma mediação importante no processo histórico de luta para construção de uma nova sociedade. É esse o nosso projeto, é esse o nosso desafio. É isso o que queremos colocar como pauta deste Encontro para o conjunto CFESS/CRESS com o tema direito, trabalho e socialização da riqueza no Brasil, em defesa do projeto ético político do Serviço Social.

Obrigada.

Mesa redonda:
A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades
Históricas

Palestrantes:

Sâmya Rodrigues Ramos

Elaine Rossetti Behring

Sâmya Rodrigues Ramos
Assistente Social, Professora da UERN

“Bom dia a todas as companheiras e todos os companheiros presentes. Mary e a Ivanete falaram de emoção ontem e não dá para não falar sobre esse sentimento, quando estamos num Encontro Nacional CFESS/CRESS e quando nós temos uma profunda identidade com esse Conjunto e com esse projeto ético-político profissional, sobre o qual nós vamos dialogar um pouco nessa mesa. Falando dessa emoção, agradeço o convite da comissão organizadora desse evento, CFESS e CRESS/DF, e me coloco na perspectiva de ser uma partícipe desse Conjunto e de me emocionar muito por estar aqui. Já participei de vários Encontros Nacionais CFESS/CRESS, inclusive como estudante, daí ser emocionante ver aqui alguns estudantes presentes, e como profissional, depois como militante do Conjunto, hoje participo de outra entidade, a ABEPSS, mas me sinto completamente inserida nesse processo. Eu costumo dizer que o Encontro Nacional CFESS/CRESS é o encontro da categoria que eu saio me sentindo mais capacitada. De todos eventos que a categoria promove a minha sensação é de que o Encontro Nacional CFESS/CRESS é aquele que eu mais me capacito, porque discutimos temas relacionados aos movimentos sociais, à ética, à vários âmbitos dessa profissão, que nem sempre outros eventos da ABEPSS ou ENESSO propiciam. Creio que essa capacitação continuada é uma marca que temos construído no Conjunto CFESS-CRESS. Dizer da emoção também de dividir a mesa com a queridíssima companheira Elaine, que conheço desde 1990, e venho, ao longo desses anos, compartilhando esse processo de lutas. E mais do que companheiras que construímos essa profissão, criamos também laços subjetivos. Para mim Eliane representa, além de uma grande intelectual da nova geração do Serviço Social brasileiro, uma grande companheira de lutas, então é uma grande emoção estar aqui. Cumprimento a todos vocês presentes que estão representando os CRESS e Seccionais, a todo o Conjunto e digo que a minha identidade com esse Conjunto se dá tanto do ponto de vista da

militância, que já falei, por ter participado de duas gestões da Seccional de Mossoró do CRESS 14ª Região, como também da minha tese de doutorado que problematizou a mediação política para a construção do projeto profissional, particularizando o protagonismo do CFESS nesse processo. Então existe uma identidade profunda do ponto de vista da militância e também da profissão.

As reflexões que farei em torno do tema proposto “A hegemonia do projeto ético-político profissional: limites e possibilidades históricas”, se darão em três momentos. Na primeira parte, vou contextualizar alguns aspectos, que considero, importantes sobre o significado e alguns momentos históricos do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. Na segunda parte, vou dialogar um pouco sobre a hegemonia do projeto, sobre a qual hoje existem vários questionamentos, particularmente com base nos argumentos desenvolvidos nos artigos dos professores José Paulo e Marcelo Braz, publicados na Revista Inscrita nº10, editada pelo CFESS, em 2007. E a terceira parte vai tematizar a importância do fortalecimento da nossa organização política como uma dimensão fundamental para manutenção dessa hegemonia, que tanto prezamos e queremos continuar tendo no Serviço Social brasileiro.

Inicialmente, para analisar o significado do projeto profissional do Serviço Social, abordarei meu entendimento sobre o projeto profissional como projeto coletivo. Sabemos que existem diversos tipos de projetos coletivos, tanto políticos, quanto sociais, no âmbito da sociedade e de diversas dimensões. Particularmente, temos que destacar aqueles que tem vinculação com o nosso projeto profissional: os projetos societários, aqueles marcados por projetos de classe, que buscam efetivar interesses fundamentais dos segmentos que a constituem e sofrem modificações nas diversas conjunturas históricas e políticas. A professora Lúcia Barroco argumenta que tais projetos sócio-históricos devem ser situados como constitutivos da práxis ético-política no contexto de luta pela hegemonia. Esses projetos são construídos a partir de diversos elementos, dentre os quais destaco três que considero fundamentais: a necessidade, a consciência e a vontade. Trabalho esses argumentos no meu artigo da revista *Temporalis* nº5, publicada pela ABEPSS, no qual reflito que para gestar um projeto coletivo é preciso que os sujeitos sintam necessidade, gerada pelas condições objetivas as quais estão submetidos, o que coloca a necessidade de lutar por direitos e pelos aspectos que estão sendo negados. Além disso, é necessário que os seres tenham

consciência política. Neste sentido, coloco a discussão da consciência como elemento fundamental para a construção de projetos coletivos, e me reporto ao Gramsci que defende a necessidade de rompermos com a dimensão econômico-corporativa, no processo de construção da consciência política, atingindo um nível ético-político que representa a defesa de um projeto de classe e não apenas de interesses corporativistas relacionados ao grupo do qual participam aqueles sujeitos. Penso que esse é um debate central para nós hoje, e vamos retomá-lo quando discutirmos, mais adiante, as nossas estratégias política. Um outro elemento que destacamos, nesse processo de construção coletiva, é a vontade, obviamente não é uma vontade abstraída das condições objetivas, aquela que diz “eu tenho vontade, eu posso, eu vou realizar”. Não é essa perspectiva que defendemos, pensamos com Gramsci que a vontade que o sujeito tem que ter para construir um projeto coletivo tem, logicamente, um solo de materialidade, o qual coloca, também, limites a essa vontade.

Penso que esses elementos são fundamentais para a construção de projetos coletivos. Nesse sentido, pensar em projetos coletivos de forma mais ampla significa entender a concepção de materialidade, segundo Gramsci, que alia condições objetivas e subjetivas no entendimento da realidade. Um projeto se define num contexto de múltiplas determinações e exige a apreensão da realidade em sua complexidade. Quando pensamos em projeto é fundamental identificar como a vida está e quais as condições e disposições subjetivas para atuar sobre a realidade, modificando-a.

A construção de um projeto profissional, portanto, é norteada pela perspectiva societária, como já falamos há uma vinculação muito forte do nosso projeto profissional a uma perspectiva societária defendida pela profissão, por segmentos dela, posto que essa se encontra inserida em determinado contexto social. A elaboração de um projeto profissional é uma tarefa processual que se torna realidade num movimento permanente de busca que exige a construção democrática. Logo por mais difícil que seja tomar as decisões de modo coletivo - bem sabemos que a construção coletiva é um processo difícil, que exige muita paciência, respeito e vários elementos éticos - isso é uma condição fundamental para falarmos em projeto profissional.

Outro aspecto relevante além do processo democrático, é que, do ponto de vista subjetivo, falar em construir projeto pressupõe a presença, nos indivíduos, de um valor ético fundamental, na minha concepção, que é a coragem, que precisa ser lapidada e

alimentada todos os dias. Não se projeta absolutamente nada se não temos um solo fértil, no qual podemos mobilizar nossa coragem e disposição de luta. Em se tratando dos projetos profissionais, o solo se consolida nos fóruns de discussão e deliberação como este; espaços que garantam a participação democrática de indivíduos de diversas áreas de atuação, de diferentes inserções geográficas e divergentes concepções políticas, ideológicas e teóricas. Esses sujeitos que somos nós: profissionais, pesquisadores, estudantes, docentes, precisam se encontrar; é, pois, a presença que tem a força de mobilizar e de promover iniciativas que favoreçam a apreensão da realidade, instigando para irmos além do lugar onde estamos, pois ter projetos é entrar em movimento, quem tem projeto não pode raciocinar com estagnações.

Quando pensamos no nosso projeto profissional, identificamos que sua construção produziu e ao mesmo tempo foi produto das conquistas históricas que o Serviço Social teve a partir do final da década de 1970, ou seja, a partir do grande marco do Congresso da Virada de 1979. No próximo ano estaremos comemorando 30 anos desse fato histórico, que simbolizou a insatisfação com a realidade da sociedade e da profissão naquele momento histórico; com as condições objetivas jogando a favor, pois outros sujeitos coletivos estavam na luta por democracia e tensionavam e inspiravam vários profissionais e estudantes. Ou seja, nas contradições de um momento histórico nefasto como a ditadura, encontramos o solo para descobrir, elaborar e aglutinar anseios coletivos por uma nova forma de apreender a sociedade e a profissão. Nossa categoria alimenta nos últimos 29 anos, se tivermos como marco o Congresso da Virada, a relevância dos encontros como espaços de debates, de socialização de experiências e análises, nos quais são aprovadas as propostas, lutas, atividades a serem implementadas, sob a coordenação das nossas entidades representativas que são eleitas por nós.

No âmbito da categoria profissional dos(as) Assistentes Sociais, a pluralidade se expressa por meio das lutas, divergências, discussões, confrontos de idéias, polêmicas teórico-políticas. Dessa forma, um projeto que conquista hegemonia não será exclusivo, porque determinados segmentos profissionais podem propor outros projetos divergentes do hegemônico, quando analisam a sociedade e a profissão sob outros fundamentos e possuem, inclusive, concepção, forma e método diferentes de fazer política.

Nesse sentido, acredito que o projeto ético-político profissional do Serviço Social, consolidado nas décadas de 1980 e 1990, tem como uma de suas características o fato de pensar a profissão no contexto histórico, garantindo a análise da sua particularidade e da sua relação com outros sujeitos sociais e profissionais, na busca, sob determinadas condições sócio-históricas, de estabelecer alianças e parcerias, na defesa de valores e princípios comprometidos com a emancipação humana. Aqueles princípios que estão postos no nosso Código de Ética e que não se fundamentam na concepção de liberdade, democracia e cidadania sob a ótica liberal ou burguesa, mas são defendidos na perspectiva estratégica de construção de uma nova sociabilidade.

Um aspecto fundamental a ser analisado é a hegemonia de um projeto profissional no seio do Serviço Social brasileiro, e esse tema nós vamos retomar várias vezes aqui nesta mesa. Para refletir sobre aspectos dessa questão é preciso remontar, mesmo que brevemente, a gênese da constituição desse projeto. Na trajetória histórica da profissão no Brasil, podemos identificar diversos projetos que segmentos da categoria profissional tem procurado construir no âmbito da profissão. A professora Ozanira Silva e Silva (1995) sinaliza a existência de três grupos de respostas que configuraram os projetos profissionais que alcançaram certa hegemonia, em determinados contextos históricos: o primeiro é o processo de institucionalização, marcado pelo esforço de profissionalização da Assistência Social; o segundo refere-se a construção da vertente modernizadora, que teve como marco o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e o terceiro expressa o desenvolvimento do projeto profissional de ruptura nas décadas de 1980/90, o qual denominamos de projeto ético-político profissional.

O professor José Paulo Netto, ao analisar o processo de renovação do Serviço Social, resgata a trajetória de disputas e polêmicas, no interior da categoria, só possíveis de se expressarem no período pós-ditadura. Segundo ele “é incontestável que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. A ruptura com esse cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social, que as condições novas postas à

formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas desta laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa pela hegemonia do projeto profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc)” (NETTO, 1991, p.128).

A construção de uma nova direção social hegemônica para o projeto profissional não constitui um movimento endógeno ao âmbito profissional, mas integra uma dimensão mais ampla: a societária. Trata-se da compreensão da profissão e de seus desafios, no contexto sócio-histórico das determinações postas pela sociabilidade do capital. Isto significa que não é possível pensar a profissão em si mesma, como se suas demandas não expressassem, por um conjunto de mediações, as contradições das classes sociais em disputa na sociedade. A partir da perspectiva de totalidade que nós adotamos é impossível não fazer essa articulação do projeto profissional ao projeto societário.

Em relação à conquista da hegemonia desse projeto, é, sobretudo, na primeira metade da década de 1990, que esta se verifica no interior da profissão, expressa, notadamente, em três níveis: na produção do conhecimento, nos marcos legais e na organização política. Esse processo foi articulado por intermédio da vontade político-organizativa de segmentos profissionais numa definida direção social estratégica, que apontava a necessidade de alianças com o movimento democrático e popular, nas suas lutas contra o projeto neoliberal (NETTO, 1999).

Abordo, em um artigo na Revista *Inscrita* nº10, alguns determinantes que contribuíram para a particularidade da construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, entre eles: elementos estruturais de criação de novas identidades societárias no contexto de neoliberalismo tardio que o Brasil vivenciou, discutido pela professora Elaine Behring; elementos que incidem nas condições de vida, trabalho e organização da classe trabalhadora e, também, no processo de organização dos(as) assistentes sociais, que, na década de 1980, constroem uma consciência política de pertencimento a classe trabalhadora e sentem a necessidade de se inserir nas lutas do novo sindicalismo, o que é discutido no livro das professora Beatriz Abramides e Socorro Cabral. Nos anos 1980/90 há o aprofundamento da atuação política das entidades representativas da categoria, iniciadas desde o Congresso da Virada, ampliando as lutas em oposição ao projeto neoliberal.

Aponto, ainda, duas outras questões que para mim são fundamentais para a particularidade desse projeto profissional, que são: o próprio objeto da profissão, o trato das expressões da questão social e a nossa aproximação madura com a teoria marxiana e marxista, que expressam o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que a partir das fontes do Movimento de Reconceitualização latino-americano, construiu uma trajetória singular de materialização de um projeto ético-político profissional vinculado a um projeto de emancipação humana. A construção deste projeto tem uma particularidade que difere de todas as experiências de construção da profissão no mundo. Percebemos isso, muito claramente, na Conferência Mundial da FITS em Salvador, realizada esse ano, bem como nos fóruns internacionais latino-americanos relacionados ao trabalho social dos quais participamos.

Vou expor agora a segunda parte da minha exposição, discutindo a questão da hegemonia do projeto profissional. São inúmeras as polêmicas com as quais nos deparamos no debate sobre o projeto profissional do Serviço Social. Me deterei na polêmica relacionada a hegemonia no âmbito do projeto profissional, que é uma questão central para o tema proposto nessa mesa. Um primeiro aspecto dessa polêmica diz respeito à transposição da concepção gramsciana de hegemonia para o contexto de uma profissão. A categoria hegemonia é elaborada por Gramsci para refletir a atividade de direção política e cultural das classes sociais, em um determinado contexto histórico da realidade italiana. Para Carlos Nelson Coutinho, Gramsci faz a distinção entre hegemonia/consenso/direção, que tem sua base material na sociedade civil e dominação/ditadura/coerção no Estado, em sentido estrito, ou seja, nos aparelhos burocráticos e repressivos. Para ele “a hegemonia gramsciana se materializa precisamente na criação dessa vontade coletiva, motor de um ‘bloco histórico’ que articula numa totalidade diferentes grupos sociais, todos eles capazes de operar, em maior ou menor medida, o movimento ‘catártico’ de superação de seus interesses meramente ‘econômico-corporativos’, no sentido da criação de uma consciência ‘ético-política’ universalizadora” (COUTINHO, 1999. p. 250/251).

Utilizar, portanto, tal elaboração em relação a categorias profissionais ou a projetos profissionais, em um contexto histórico totalmente diverso daquele que o autor trabalhou, exige mediações e explicitação do sentido do termo empregado. Ao transpor essa categoria teórica para análise no âmbito profissional, a hegemonia é comumente utilizada, por diversos(as) analistas do Serviço Social, dentre os(as) quais me incluo,

como direção ético-política e teórica que sustenta determinada direção social estratégica, representando uma dada compreensão de realidade e de profissão e de formas de enfrentamento adotadas por segmentos dos(as) assistentes sociais e suas entidades representativas; embora possa não ser majoritária na categoria profissional. Com isso podemos concluir que hegemonia não se faz representar meramente pela quantidade.

A discussão em torno da hegemonia de um projeto profissional é bastante polêmica. O entendimento de que, em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônicos, se funda em uma perspectiva analítica que concebe a hegemonia articulada ao pluralismo com direção social. Pode-se inferir que a hegemonia com pluralismo, no âmbito do projeto profissional, expressa a predominância de uma direção política, construída por meio de uma vontade coletiva, gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante.

É fundamental, nesse processo, a garantia de espaço para o debate e amadurecimento das decisões. Sobre isso, no âmbito do projeto ético político profissional, e em particular, já que nós estamos no Encontro Nacional CFESS/CRESS, em relação à direção implementada pelo CFESS, poderíamos citar vários exemplos que, na minha concepção, demonstram a capacidade de dirigir sem impor, mas assegurando direção, o que é bem distinto. Sem entrar no mérito dos assuntos, eu cito o exame de proficiência e o depoimento sem dano, duas questões que vem dividindo posições, gerando polêmicas no âmbito do conjunto CFESS/CRESS. Sobre isso, a postura do CFESS tem sido, como grupo dirigente, estimular o debate, promover encontros para que as posições divergentes fossem explicitadas. Isso é uma escolha, uma tomada de decisão permeada por princípios e valores. Quantos encontros nós tivemos debatendo o exame de proficiência com posições diferentes. Vários momentos foram criados para debatermos a metodologia do depoimento sem dano, inclusive lá em Mossoró, foi um evento maravilhoso, foram apresentados os dois pareceres, numa grande e belíssima discussão proposta a partir dessa concepção, que eu coloco, de dar direção sem negar a explicitação das divergentes posições.

Agora vou dialogar com argumentos explicitados em dois artigos recentes aos quais já me referi de autoria de Marcelo Braz e José Paulo Netto, grandes intelectuais da

área, professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que problematizam aspectos relacionados à continuidade da hegemonia do projeto profissional e a sua suposta crise. Nas palavras de Braz “o que põe o projeto ético-político do Serviço Social em crise é a articulação de dois problemas centrais. O primeiro diz respeito a ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho [...]”. É indiscutível e, nesse sentido, concordo com Marcelo que a crise da esquerda é real e que repercute no Serviço Social, pois como vimos, anteriormente, esse projeto não é endógeno à profissão, se formou no contexto de variadas influências do pensamento crítico e da esquerda. Portanto, num momento histórico em que o pensamento de esquerda vivencia uma de suas mais notáveis crises, isto repercute, marca, caracteriza profundas alterações no âmbito do projeto ético-político profissional, mas discordo que, a partir disso, haja elementos para falar de crise de hegemonia do projeto ético-político profissional, voltarei a esse aspecto mais adiante.

Considero relevante destacar que é importante visualizarmos as possibilidades de lutas que se propõem a unificar os interesses do trabalho, que se tecem no cotidiano da vida social. Em um artigo recentemente publicado na revista *Em pauta*, de 2008, intitulado “Os novos movimentos de classes, reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros”, Jefferson Moura identifica expressões dos novos movimentos de classes no Brasil, tais como: movimentos por moradia, os quais já foram tão citados aqui no Seminário sobre Controle Social; movimento dos trabalhadores sem teto; o MTD - movimento dos trabalhadores desempregados - considero que devemos olhar com bastante atenção este movimento vinculado a Consulta Popular - além do MST. Para ele “ao romperem com o corporativismo e economicismo presentes no movimento sindical e com a lógica dominante nos partidos ‘tradicionais’ da classe trabalhadora, essas organizações inovam e resgatam as potencialidades e a atualidade do partido de novo tipo, como ferramenta imprescindível para a luta pela construção de uma nova sociedade. Essas organizações já expressam em seu programa e em suas ações a tentativa de junção da luta imediata com um programa de unificação e ação conjunta para a construção de uma nova sociedade” (2008, p.62). É óbvio que são experiências em elaboração e não podemos superdimensionar seu papel, mas observamos o seu potencial de construção de militantes e de uma agenda política mais abrangente que

estabeleça relações de determinação recíproca entre os problemas vivenciados por esses sujeitos, na vida cotidiana, e as implicações objetivas postas pelo capital.

Voltando a questão da crise da esquerda e suas repercussões no projeto ético-político profissional, gostaria de problematizar a seguinte questão para o nosso debate aqui: como podemos identificar essas repercussões da crise da esquerda no projeto profissional? Em primeiro lugar, penso que no próprio processo de formação política das novas gerações de estudantes de Serviço Social que estão sendo formadas num contexto sócio-histórico em que prevalece certa nebulosidade acerca da direção estratégica de um pensamento de esquerda. Ora, não tenho dúvida que esse fato repercute negativamente e é relevante debatermos sobre ele, pois sabemos que a formação profissional, por melhor que seja sua qualidade, não é suficiente para a conquista dos indivíduos para um projeto anticapitalista. Estudos e pesquisas, como a realizada pelo CFESS sobre o perfil do(a) Assistente Social no Brasil, mostram a reduzida participação da categoria profissional em espaços como os movimentos sociais e partidos políticos. Do ponto de vista dos estudantes, historicamente, verifica-se, também, que é minoritário o número de estudantes com atuação nesses espaços. Então, sob a ótica quantitativa, a relação entre a categoria e uma adesão ativa a um projeto de esquerda anticapitalista, historicamente, tem sido frágil. Isso não significa que não haja apropriação dos valores e das reivindicações. Mas, o que considero mais relevante destacar é que identificamos, no âmbito do projeto ético-político profissional, segmentos, tanto na direção das entidades, quanto na base da categoria profissional que não sucumbiram às estratégias de passivação e, nesse sentido, o debate crítico, no âmbito do projeto, segue com inspiração anticapitalista, mas contempla, também, os segmentos profissionais que atuam na defesa dos direitos e da presença do Estado na resposta às expressões da questão social, sem necessariamente se identificarem com um projeto de esquerda anticapitalista, aliás, me parece que esses últimos segmentos são mais expressivos quantitativamente, no âmbito do projeto, historicamente. Com isto estou querendo afirmar que a relação entre esquerda e projeto ético-político profissional não é mecânica e nem linear, não se restringe a questão partidária e impacta no projeto ético-político profissional em duas direções: uma, a qual já nos referimos, diz respeito a formação política das novas gerações e a outra perspectiva ocorre na direção da resistência daqueles que tendo explícita opção por projeto anticapitalista, buscam agora novos interlocutores no campo da esquerda e no âmbito da profissão, atuam com mais

nitidez política, procurando superar a nebulosidade teórico-política, amplamente disseminada nos dias atuais, e seguem afirmando a necessidade e relevância de estabelecer autonomia do projeto ético-político profissional. Portanto, a ausência de um pensamento radicalmente crítico, no campo da esquerda, não é uma questão recente, não se refere, exclusivamente, às mudanças de rumo, vivenciadas pelo PT, após o Governo Lula, embora tenham se intensificado de uma forma evidente, pois já permeava o debate no âmbito do projeto ético político profissional, anteriormente.

Analisar a crise dos projetos de esquerda na sociedade hoje é uma questão da maior seriedade e assume dimensões graves no processo de organização da classe trabalhadora e no âmbito das profissões mais críticas, como a nossa, mas não tem conseguido silenciar, no âmbito do projeto ético-político profissional, o compromisso dos segmentos que, historicamente, tem se colocado numa perspectiva anticapitalista e estabelecido inúmeras mediações ao tratar da agenda da profissão, entendendo seus limites e contradições.

O segundo problema, sinalizado por Braz, nas palavras dele, “está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil [...] as condições objetivas da profissão tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político- profissionais dos assistentes sociais” (2007, p.7/8).

Em relação a essa questão, concordo que a precarização da formação e do exercício profissional, notadamente com a ampliação do ensino de graduação à distância e os investimentos da contra-reforma da educação que atinge e impacta negativamente, também, os cursos presenciais, podem trazer dificuldades para a materialização dos nossos princípios ético-políticos. No entanto, aqui a história é um forte aliado em nossa reflexão. Vamos pensar em que momento histórico nosso projeto profissional esteve em plena sintonia com a direção dada à política educacional nesse país? Parece que nunca. No governo FHC, vamos lembrar da história recente, as idéias dos cursos sequenciais contrariavam nosso projeto de formação, que estava sendo construído, e nossa leitura, na época, foi a de que precisávamos construir estratégias amplas para afirmar a direção da formação profissional, criticar aquela modalidade de formação e fortalecer a luta

com aliados do Conjunto CFESS/CRESS, no âmbito dos colegas da universidade, dos estudantes e sujeitos coletivos, além do Serviço Social.

Não há dúvidas de que o capitalismo contemporâneo, em sua fase destrutiva, atua com força brutal em seus projetos de contra-reforma, mas considero mais necessário agora utilizar nossa inteligência e capacidade de mobilização para encontrar, conjuntamente com outros sujeitos individuais e coletivos, estratégias com potencial para enfrentar este processo, para que possamos manter a hegemonia do projeto profissional, mesmo em um contexto adverso, pois é isso que estamos fazendo, nas últimas três décadas, sobretudo, nos anos de 1990, com a implantação do neoliberalismo a partir do governo Collor, momento já extremamente desfavorável às conquistas do trabalho e, portanto, a materialização do nosso projeto ético-político profissional; tal como a conjuntura atual do governo Lula, no qual intensifica-se as dificuldades para o trabalho, de uma forma intensa, digamos assim.

Por sua vez, Netto, no seu artigo da revista *Inscrita*, indica dois níveis em que mais nitidamente se verifica o processo de inviabilização do projeto ético-político profissional, que a conjuntura vem favorecendo. O primeiro deles refere-se aos objetivos e funções profissionais. Para ele “o elenco dos objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial [...] a redução do Serviço Social à ‘profissão da assistência’ configura uma enorme regressão” (2007, p.38). Em relação a esse aspecto não há dúvida dos graves riscos que estão postos pela dinâmica do capital, no entanto precisamos considerar que esta concepção de reduzir o Serviço Social à profissão da assistência ou mesmo a tendência de “assistencialização das políticas sociais”, tão bem colocadas ontem pela Ivanete, não são perspectivas únicas no debate. Segmentos expressivos do projeto ético-político profissional têm elaborado crítica a essa noção. As entidades nacionais da categoria conseguem expressar, com posicionamento crítico, essa idéia, afirmando um projeto de profissão abrangente que não sucumbe à lógica da noção de assistencialização da profissão. Do nosso ponto de vista, esta é mais uma questão complexa, de difícil enfrentamento, se pensarmos o cotidiano profissional e as investidas governamentais para fazer prevalecer essa concepção, mas, nem de longe, podemos afirmar que seja essa perspectiva que dê direção ao debate da Seguridade Social e, particularmente, à política de Assistência Social, no âmbito do projeto ético-político profissional.

A luta continua nos espaços de representação dos Conselhos de Direito - tema tão discutido no Seminário sobre Controle Social -, na crítica presente na literatura sobre o tema e nos debates políticos, empreendidos no seio da categoria, que precisam ser fortalecidos e aqui o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPES, por meio das universidades e, notadamente, os CRESS e Seccionais têm um papel político da maior relevância que é desvendar as determinações objetivas desse processo e atuar nas contradições identificadas na vida social. Um bom exemplo desse processo contraditório é o documento dos Parâmetros para atuação dos Assistentes Sociais na Assistência, elaborado pelo CFESS em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, que, ao invés da resignação diante do fato assinalado pelo José Paulo, elabora uma crítica a centralidade da família como responsável pela proteção social, além da crítica a própria concepção de família; a noção de vulnerabilidade e a identificação dos processos de fragmentação e focalização, presentes nas respostas do Estado, por meio de programas e políticas sociais.

Estamos, portanto, diante de um processo no qual o capital, por meio das metas estabelecidas pelos organismos internacionais, define como deve ser a ação do Estado sobre as expressões da questão social e como devem funcionar as políticas sociais em termos de prioridade, financiamento e alcance.

Das reflexões, postas pelo José Paulo, não temos dúvidas quanto à necessidade de desmistificar, teórica e politicamente, esses processos, no seio da categoria, especialmente com a tendência de precarização da formação e do exercício profissional. No entanto, temos que localizar essa polêmica no lugar certo. Os defensores do projeto ético-político profissional, em suas intervenções, a exemplo do próprio José Paulo, tem feito a crítica a esse estado atual de coisas.

O segundo aspecto, ressaltado por Netto, que inviabiliza o projeto ético-político profissional, é nas palavras dele, “o que se refere aos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício - está claro que aqui se insere, entre outros componentes, toda a problemática da formação profissional” (2007, p.39). Sem dúvida esse é um aspecto preocupante, já referido por Braz. Afirmar que “o aviltamento da formação profissional, mediante uma massificação degradada inviabilizará o ‘projeto ético político’”, como faz Netto em seu artigo, pode expressar uma certa dose de fatalismo, na medida em que deixa de apostar nas contradições que emergem de todo

processo determinado pela luta de classe e que alimentam as estratégias e o potencial do enfrentamento, através da nossa ação política organizada. José Paulo conclui seu artigo argumentando que o seu artigo, elaborado em 1999 - para um dos módulos do primeiro curso de especialização, promovido pelo CFESS/ABEPSS e CEAD/UNB -, expressava numa visão otimista, pois afirmava que “o projeto ético-político tem futuro [...] porque aponta precisamente para o combate - ético, teórico, ideológico, político e prático-social - ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.”

Concordar com a idéia expressa por José Paulo, nesse trecho do seu texto de 1999, pois o considero atualíssimo, pois, do meu ponto de vista, não se trata de alimentar ilusões otimistas, mas de compreender as iniciativas postas pelo capitalismo contemporâneo que geram inúmeras mudanças nas complexas relações entre Estado e Sociedade, com forte incidência no conjunto da vida social e, em particular, nas profissões; no tratamento dispensado à organização das classes trabalhadoras; as reformas neoliberais, especialmente a trabalhista, da previdência e da educação que têm se orientado numa perspectiva contrária aos interesses históricos do segmento do trabalho. E trata-se, também, de compreender que, nesse tempo de regressão dos direitos, de produção destrutiva do capital, aumentam os desafios para, as forças políticas e profissionais de resistência, formularem estratégias de enfrentamento.

Nessa perspectiva, eu entro na terceira e última parte da minha fala. Para mim o fortalecimento da organização política é uma mediação fundamental para a manutenção da hegemonia do projeto ético-político profissional. A organização coletiva dos(as) assistentes sociais brasileiros(as) é materializada em um contexto de enorme ofensiva ideológica e prática para destruir espaços de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, marca desta sociabilidade. Esta não é, portanto, uma realidade vivenciada apenas na organização política da categoria; ao contrário, está amplamente disseminada na maioria dos espaços organizativos, expressando diversas dificuldades do agir político desta classe. Neste sentido, nossa resistência e capacidade de luta precisa se fortalecer na contra-corrente da conjuntura de reação burguesa e neoconservadora, como sinaliza a Yamamoto.

Ganha relevância, nesse momento, a articulação da ação política das nossas entidades representativas com outros sujeitos coletivos populares e de outras profissões, para a construção de uma contra-hegemonia, na perspectiva dos interesses de classe, tentando romper, assim, com uma perspectiva corporativista e de isolamento. Tal perspectiva reforça aquele nível de consciência econômico-corporativo discutido por Gramsci, sobre o qual já nos referimos, anteriormente, nessa fala.

A partir da compreensão de que o horizonte do projeto profissional do Serviço Social brasileiro está vinculado à construção de um projeto societário de superação da ordem capitalista, merece relevo, portanto, uma brevíssima discussão sobre a desafiadora questão de se construir processos revolucionários pelas forças de esquerda, num contexto de mundialização do capital, de crise da perspectiva socialista realizada historicamente, exigindo um esforço gigantesco para a construção de novas alternativas que se distanciem do fetiche do fim da história e da narrativa ideológica quanto à impossibilidade de superação do metabolismo do capital, negador da realização da liberdade, autonomia e realização das necessidades humanas.

Virgínia Fontes, no seu artigo intitulado “Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classe”, ressalta que uma das expressões da reestruturação produtiva é o “disciplinamento da força de trabalho nas novas condições de expropriação e da nova escala da concentração de capitais. Essa nova disciplina se impõe tanto pela violência quanto pelo convencimento. Coerção e consenso atuam no âmbito diretamente produtivo e no espaço dos movimentos sociais” (2008, p.31). Essa última dimensão nos interessa particularmente; a destruição de sindicatos combativos, a alteração de uma expressiva parcela da militância convertida em voluntários ou empregados remunerados das ONGs, são expressões desses rebatimentos, no âmbito dos movimentos sociais vinculados ao trabalho.

Nesse contexto, o professor Edmundo Dias salienta que é necessário e urgente que a classe trabalhadora assuma radicalmente seu protagonismo, sua autonomia e suas identidades e formule suas agendas e estratégias políticas no sentido de lutar para alterar a correlação de forças desfavorável. “Trata-se, portanto, de pensar e articular socialmente uma unidade dos diversos setores da classe, organizados em sua múltipla inserção [...] cabe aos movimentos sociais – compreendidos como unidade real das lutas das classes subalternas - avançar nessa clarificação político-ideológica e construir um

projeto realmente democrático, classista, que tenha a marca do conjunto das classes subalternas, que traga a virtualidade do fim do Estado e das classes [...] Esse é o projeto que se coloca para nós: sair dos limites do aqui e agora, da limitação da imediatividade, reconstruir a política como atividade fundadora de uma nova ordem social para além do capital” (DIAS, 2002, p. 142/143).

Alguns movimentos e entidades têm se colocado nesta perspectiva de articulação com outros sujeitos coletivos, garantindo sua autonomia e atuando na lógica de dar centralidade às ações de classe. É a partir desta concepção que tem se desenvolvido, nas últimas três décadas, a direção hegemônica da organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros. A profissão; o projeto ético-político profissional e o conjunto da vida social sofrem os rebatimentos das investidas do capital para garantir seu projeto de acumulação, bem como com as dificuldades de elaborar um projeto anticapitalista de esquerda. Mas, do meu ponto de vista, o debate que deve alimentar nossas reflexões, nesse momento, deve aproveitar o melhor do conteúdo teórico-ético-político que o Serviço Social produziu, de forma coletiva, nos últimos 30 anos, para reoxigenar a intervenção profissional e a organização política da categoria. Penso que esse deve ser o sentido do debate sobre o projeto ético-político profissional, hoje.

Por fim, não temos, na minha ótica, na conjuntura atual, elementos concretos para defender que exista uma crise de hegemonia do projeto ético-político profissional do Serviço Social, pois naquelas três esferas que eu já sinalizei, não há indicativos para tal. Do ponto de vista da produção do conhecimento nós notamos que a predominância da teoria social crítica nas nossas produções permanece. É só olharmos, por exemplo, a biblioteca básica da Cortez, os livros do José Paulo e Marcelo sobre Economia Política, da Ivanete e da Elaine sobre Política Social, da Lúcia Barroco sobre Ética, todos numa direção de afirmação do nosso projeto; se analisarmos, também, os materiais do curso do CFESS/ABEPSS e CEAD/UNB, cuja segunda edição iniciará agora em 2009, identificaremos que a direção social está mantida neste âmbito da produção teórica.

No âmbito dos nossos instrumentos normativos, penso que, também, não temos elementos para falar em crise de hegemonia do projeto profissional, porque não aconteceram, em nenhum dos nossos marcos legais ou instrumentos normativos - código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares -, mudanças regressivas. Permanecem em vigência, com legitimidade, os documentos que foram construídos e

aprovados coletivamente, com clara direção de defesa dos princípios ético-políticos desta profissão.

E, no âmbito da organização política, penso, também, que mantemos, na multiplicidade das entidades representativas nacionais - ABEPRESS, CFESS, e ENESSO - uma direção política de reforço a este projeto, embora se possa achar que, a última eleição da ENESSO, possa sinalizar uma crise de representatividade, devido aos problemas ocorridos na eleição que ocasionaram a ausência de uma executiva nacional nesta gestão da entidade; quero só lembrar que tinham 3 chapas concorrentes, uma se retirou do processo, duas se colocaram e houve um empate, depois de uma série de complicações no processo de discussão. Então eu acredito que não haja um quadro que nos coloque, nesse momento, a afirmação de que nós temos uma crise de hegemonia no processo de organização política. Em relação ao debate sindical, no qual nos deparamos com a polêmica sobre a legitimação da FENAS como entidade com representatividade nacional, eu penso que temos processos de disputas de posição em relação ao que defende o projeto ético-político profissional, mas sem expressividade ainda para falarmos em crise ou perda de hegemonia.

E, por fim, penso que nosso grande desafio é avançar na luta política e ideológica, é fazer a grande política, no dizer do Gramsci, tanto do ponto de vista da profissão, como no âmbito da sociedade. A perspectiva da nossa articulação na sociedade é lutar na contra-posição ao pensamento único, ao isolamento da crítica, tão presente na atual conjuntura brasileira, lutar pelo fortalecimento dos movimentos sociais vinculados ao trabalho, na defesa da sua autonomia. Nos articular com os nossos parceiros - já identificados aqui em várias mesas - ANDES, CONLUTAS, MST, Movimentos dos sem teto, vários aliados que nós já discutimos tão bem desde o Seminário sobre o Controle Social. Temos um enorme desafio na construção de um projeto de universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e presencial, comprometida com a elaboração de uma produção do conhecimento que deve estar vinculada à perspectiva da emancipação humana. E temos enormes desafios no âmbito da nossa organização política. O fortalecimento da nossa organização política profissional, particularmente no Conjunto CFESS/CRESS se gestará na materialização da sua ampla agenda política, que nós vamos construir aqui, na nossa articulação internacional; na área das políticas públicas, na dimensão da ética com a campanha que vai tematizar a questão do trabalho e da riqueza no Brasil. O fortalecimento da agenda conjunta das

entidades, por meio da campanha pela qualidade da formação e do trabalho, campanha em defesa dos concursos públicos, já tendo como referência a grande vitória no INSS, fruto da nossa mobilização. Temos que avançar nos nossos instrumentos legais, como está pautado nesse Encontro no qual iremos aprovar a resolução do estágio, fundamental para nossa luta contra a precarização da formação e do exercício. Precisamos avançar na mobilização contra o ensino à distância, eu penso -e a Inês Bravo já sinalizou isso aqui no Seminário sobre o Controle Social - que temos que apostar nas audiências públicas, como a que realizamos sobre o concurso do INSS que foi vitoriosa; penso que deveríamos organizar uma audiência pública em relação ao ensino à distância, com representantes do MEC, entidades parlamentares e aliados, denunciando todas as irregularidades que vêm ocorrendo: monitores que não são Assistentes Sociais, estágios sem supervisão acadêmica, fazer uma lista do que já verificamos em tantos debates dos quais participamos, representando o CFESS, a ABEPSS, rodando esse Brasil; são irregularidades que precisam ser denunciadas; realizar uma audiência é uma forma estratégica de pelo menos dar visibilidade às nossas denúncias. Necessitamos, também, aprofundar as experiências, no cotidiano profissional, que potencializem a materialização dos princípios ético- políticos, como diz a professora Marilda Yamamoto, no seu livro “Serviço Social em tempo de capital fetiche”, publicado em 2008, “são muitos os desafios atuais. O maior deles é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada” (IAMAMOTO, 2008, p.233). Concordando com esta assertiva, acredito que os(as) assistentes sociais brasileiros ou segmentos expressivos deles(as), contribuíram, ao longo das últimas décadas, e particularmente nos anos 1990, para demonstrar que a capacidade de luta e organização do segmento dos(as) trabalhadores, apesar das inúmeras ofensivas destrutivas engendradas pelo capital, se mantêm atuantes na perspectiva de acumular forças para a construção de uma outra possibilidade histórica, apesar da cooptação de diversos outros setores de esquerda que capitularam para a defesa de um modelo social-democrático como o único possível dentro da ordem, o qual não rompe com a essência de exploração e dominação do sistema capitalista.

Nossa necessidade, retomando aqueles três elementos necessários para a construção de projetos coletivos, portanto, continua sendo a de lutar contra a barbárie,

expressa, dentre outras questões, atualmente, na precarização do trabalho e da formação profissional; ou no fato, que foi colocado ontem pela Ivanete, de crianças e adolescentes vendendo seu corpo para ganhar R\$ 3,00. Ou identificada de tantas outras formas com as quais nos deparamos cotidianamente. Nossa necessidade continua sendo a de lutar contra essa barbárie. Nossa consciência política deve fortalecer a perspectiva ético-política, proposta por Gramsci, rompendo a dimensão econômico-corporativa, por meio da nossa vontade, que é um elemento fundamental para continuar lutando, coletivamente, por um projeto que atenda às necessidades humanas.

E vou concluir com uma poesia do Bertold Brecht do seu livro “ Poemas 1913 a 1956”. Considero essa poesia atualíssima para quem se coloca na luta anticapitalista, intitula-se “Nossos inimigos dizem” e expressa o seguinte: “Nossos inimigos dizem a luta terminou. Mas nós dizemos: ela começou. Nossos inimigos dizem: a verdade está liquidada. Mas nós dizemos: nós a sabemos ainda. Nossos inimigos dizem: mesmo que ainda se conheça a verdade, ela não pode ser divulgada. Mas nós a divulgamos. É véspera da batalha. É a preparação de nossos quadros. É o estudo do plano de luta. É o dia antes da queda dos nossos inimigos.”

Obrigada”.

Referências

- BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos In: *Revista Inscrita* nº 10. Brasília, CFESS, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e a política hoje In: *Universidade e Sociedade*, ano XI, Nº 27. ANDES, junho de 2002.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classe In: *Revista Em pauta* nº21. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.
- MOURA, Jefferson. Os novos movimentos de classes, reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros. In: *Revista Em pauta* nº21. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Das ameaças à crise In: *Revista Inscrita* nº10. Brasília, CFESS, 2007.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional In: *Serviço Social e Sociedade* nº 88. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A mediação das organizações políticas In: *Revista Inscrita* nº10. Brasília, CFESS, 2007.

Elaine Rossetti Behring
Assistente Social,
Professora da UERJ

“Bom dia a todos! Vou apresentar a vocês um texto que preparei para esse tema que é uma verdadeira provocação. Considero uma ousadia e coragem muito grandes da parte do conjunto pautar esse debate. Quero agradecer ao convite e pela oportunidade de discutir esse tema polêmico com os segmentos mais importantes e qualificados da direção política da categoria, com esse público maravilhoso que está aqui: os delegados de base e de direção do CFESS, CRESS, e representações da ABEPSS e dos estudantes. Temos aqui a direção política da categoria para os próximos três anos. Discutir esse tema com esses interlocutores é honroso e considero também um desafio muito grande.

Nós fomos todos convocados para uma tarefa militante, pois esse é um debate eminentemente político. Eu e Sâmya nos conhecemos desde 1990, no seminário da ABESS, ocasião em que ganhei uma companheira nessa trajetória política, sensível e firme. Como todos vocês puderam ver, ela faz a grande política. Há diferença entre a grande e a pequena política, como nos ensina Gramsci. Creio que no conjunto CFESS/CRESS acontece a grande política. E considero o tema ousado e corajoso, porque essa escolha mostra que a construção do Serviço Social brasileiro, envolvendo sujeitos políticos coletivos e individuais, (que completa 30 anos em 2009, ou seja, é um projeto que está se tornando “Balzaquiano”), tem nas entranhas os valores que o orientam.

Diferente da maré contemporânea, afirmo que ainda existem projetos de esquerda e de direita na sociabilidade, na contramão daquelas análises típicas do pós modernismo que fragmentam e diluem os projetos societários mais amplos. E nós fizemos coletivamente, na perspectiva de um projeto coletivo, uma opção de esquerda, de compromisso com os trabalhadores numa perspectiva anticapitalista, desde 1979. E a esquerda não tem sido pródiga em abrir o debate público acerca de si mesma, sobretudo das suas dificuldades, apesar de seu projeto societário ser inviável sem isso. O debate sobre as condições objetivas e subjetivas de conquistar a direção intelectual e moral na sociedade, e no nosso caso, de manter e aprofundar essa direção estratégica na categoria, por vezes não acontece em função da premissa de que a política se faz com certezas. Talvez, nessa firmeza em realizar o debate democrático resida uma das fontes

do nosso fôlego coletivo de atravessar tempos tão difíceis com resistências expressivas, ainda que o debate seja árido e, por vezes, implique em dúvidas e escolhas difíceis - e esse Encontro está cheio de escolhas difíceis. Acredito que esse fôlego também tem base material na radicalização a que instiga o nosso objeto: a questão social e as suas múltiplas expressões. Algumas dessas resistências encontram-se no desenvolvimento de uma agenda sintonizada com as lutas gerais no campo da socialização da economia, da política e da cultura e da difusão de valores civilizatórios e que tem como perspectiva a emancipação humana. Exemplo é a luta em defesa da Seguridade Social e dos direitos, como *mediação* para uma outra sociabilidade, aonde o Serviço Social é referência do debate para a luta; a defesa da educação pública; a manifestação contra a redução da maioria penal e defesa do estatuto da criança e do adolescente; a campanha sobre o amor que fala todas as línguas; a defesa e densidade do debate, como nós vimos aqui no Seminário que antecedeu esse Encontro Nacional, acerca do controle democrático das políticas públicas; dentre outras lutas. Nesse processo em tempos regressivos com nítidas tendências de barbarização da vida social, nós não conseguimos avanços materiais tão significativos, mas foi possível evitar alguns estragos e obter conquistas pontuais, com importantes alianças na sociedade brasileira e com alguns trabalhadores no âmbito do Estado que mantêm compromissos democráticos e públicos.

Creio que também é conquista da resistência manter a autonomia das nossas Entidades e derrotar politicamente perspectivas desqualificadas e atrasadas que existem no interior da categoria. Entendo que a categoria é um corpo profissional plural, tensionada pelos projetos societários e por visões diferenciadas da profissão, mas que vem reiterando o rumo desse projeto e seus instrumentos profissionais, legais e políticos.

Esses são os sinais majoritários dos processos eleitorais de renovação das Entidades e eventos massivos e deliberativos do Serviço Social, ainda que essa adesão dos Assistentes Sociais, falando numa perspectiva quantitativa, seja difusa, eventualmente despolitizada, e também que não se traduza plenamente nos projetos de trabalho, o que constitui certamente um dos maiores desafios na construção do projeto ético político. Também tem sido fundamental para a possibilidade histórica da resistência dos Assistentes Sociais no Brasil a sua análise da realidade, a pesquisa, a densidade teórica e metodológica que adquirimos nesses 30 anos e que tem relação com

o crescimento da pós-graduação e a interlocução com a tradição marxista e seu impacto na formação profissional e produção bibliográfica.

É importante registrar a insistência tenaz do Serviço Social brasileiro nessa direção estratégica em tempos difíceis, porque parte da esquerda no Brasil e no mundo se rendeu ao imediatismo e ao pragmatismo, no contexto da reação burguesa à crise do capital, abrindo mão de reformas e mais ainda da perspectiva de superação da ordem burguesa. Então, abriu-se mão da reforma e da revolução. Enquanto isso, a revolução é cada vez mais necessária, considerando a ameaça de destruição desencadeada pela dinâmica do capital. Nada mais atual do que o mote da Comuna de Paris de 1871: “estamos aqui pela humanidade”. O movimento sindical foi especialmente atingido por esse processo, tendo muitas de suas lideranças convertidas em administradoras de fundo de pensão, quadros do governo, correias de transmissão de governos que negociam migalhas, e pior: animadores de shows e sorteios no 1º de maio. Esse projeto, contudo, vem tenazmente se sustentando no campo das resistências. Na verdade, o projeto ético-político nasce na perspectiva de radicalizar a democracia e implementar um conjunto de reformas a exemplo da Seguridade Social, como mediações para mudanças mais profundas e de caráter anticapitalista, por dentro do processo de redemocratização do país. Mas, em seguida, a partir de 1990, caímos no campo da resistência no marco do contra-reformismo neoliberal e do intenso metabolismo do capital, no contexto da reação burguesa dos anos 80 no mundo, e em especial dos anos 90 no Brasil. Os anos contra-reformistas são anos de perdas e reconstruções, sendo a maior delas, em minha opinião, o transformismo de parcela da esquerda. Assim, manter essa direção estratégica, mesmo com derrotas e fraturas, e não sucumbir ao “canto de sereia” de possibilismo da social democracia tardia e impotente, como diz José Paulo Netto(2007), mas ao mesmo tempo trabalhar politicamente o fio tenso da *contradição* compreendendo a necessidade da guerra de posição, combinada à guerra de movimento, são sinais de maturidade e legitimidade dessa perspectiva no Serviço Social. Daí decorre a leitura, e compartilho essa posição com Sâmya, de que não existem condições para afirmar que estamos em meio a uma crise de hegemonia do projeto ético-político profissional, ou que tais tendências impliquem em sua inviabilização ou dissolução eminentes. Essa posição não significa qualquer excesso de otimismo da nossa vontade em contraposição ao pessimismo da razão. Melhor dizendo: eu compreendo que companheiros como José Paulo Netto e Marcelo Braz nos artigos que a Sâmya já fez

referência (Revista Inscrita nº 10, 2007), e também Mavi Rodrigues, nos debates recentes sobre a questão da formação profissional¹, buscam chamar a atenção sobre riscos importantes que pairam sobre essa construção do Serviço Social brasileiro.

Contudo, é necessário analisar, apesar desses riscos, as contradições que estão em curso, e não apenas as implicações de alguns processos objetivos, certamente negativos sobre projeto ético-político, para sustentar que nós estamos em meio a uma crise de hegemonia dessa perspectiva do Serviço Social ou de que estaremos nela necessariamente no médio prazo. Nesse sentido, creio que aquilo que contribui para pensarmos esse momento do projeto ético político é a chave metodológica de Marx trazendo a questão da totalidade como síntese de muitas determinações e unidade do diverso, a questão da contradição. Nessa direção, o processo social em curso comporta tanto a valorização do capital e intenso metabolismo destrutivo que promove a dinâmica financeira contemporânea do capital fetiche, como diz Marilda Yamamoto (2007), com a conseqüente destruição de forças produtivas e barbarização da vida social, como também a luta de classes, o elemento subjetivo, a vontade que subtrai da contradição seu mote e faz história, história que não tem fim.

Aqui abro um parêntese lembrando que o fim da história já foi anunciado muitas vezes. Com a realização da cidadania em Marshall seria o fim social democrata da história e da luta de classe que estaria subordinada agora a cidadania. Mais recentemente temos o conhecido texto do Fukuyama, advogando o fim da história com os adventos do neoliberalismo e da crise do socialismo real, e o capital afinal reinando triunfante. A própria história tratou e está tratando de desmontar qualquer determinismo, porque a história, e aí eu trago também Chico Buarque, “é um carro alegre cheia de um povo contente que atropela indiferente todo aquele que a negue”. Na verdade, a história tem uma hemorragia de sentidos, como fala Daniel Bensaid no importante livro *Marx, o intempestivo* (1999). A história é preta de possibilidades, ainda que essas só se realizem em condições determinadas, nem sempre as mais alvissareiras como nesse início do século XXI. Nessa direção é que quero tratar as ameaças sérias a hegemonia dessa direção estratégica que nós construímos nos últimos 30 anos do Serviço Social brasileiro. Essas ameaças, no entanto, não chegam a instaurar

¹ Nos debates que percorreram o Brasil em 2006 e 2007 acerca da questão polêmica do exame de proficiência, e que fundamentaram o debate neste Encontro Nacional CFESS/CRESS.

uma crise de hegemonia, já que também estão escritas na realidade tendências contraditórias e resistências as quais podem vir a fortalecer nossa perspectiva, sobretudo se afirmarmos nossa vontade coletiva com a inteligência política de dar margem a uma agenda de lutas sintonizadas com o que há de mais engajado na luta social brasileira. Atitude crítica e determinação, ou seja, vontade política organizada, como fala o José Paulo Netto (2007), pelo que o Conjunto CFESS/CRESS cresce em importância estratégica. É muito importante que cada um de nós aqui presentes tenhamos clareza da importância de nosso papel como direção política da categoria. Nesse sentido, eu concordo com Marcelo Braz (2007) quando diz que as saídas para tão grandes desafios estão no âmbito do próprio projeto, o que eu complementaria acrescentando: na nossa capacidade de interpretar e incidir sobre as contradições, não permitindo qualquer rebaixamento da nossa agenda de lutas e sintonizando-as com as forças mais progressistas da sociedade brasileira.

Então, vejamos alguns elementos que geram tensão para o projeto. De fato, quais são essas ameaças? Porque que esse debate está colocado? O que põe em questão a hegemonia do projeto ético- político? Estou sustentando aqui que nós não estamos em meio a uma crise de hegemonia, mas que existem ameaças reais e que precisamos dar respostas políticas a essas ameaças reais. Creio que há um mérito nos trabalhos que foram aqui comentados, que é o de chamar a atenção para isso. Mas, na minha opinião, é precipitado afirmar que há uma crise de hegemonia.

O primeiro elemento que tensiona a hegemonia é a própria crise do capital, mas ao mesmo tempo ela também traz contradições. E eu vou trabalhar o tempo todo com isso: a tensão e a contradição. O projeto ético político foi construído num ambiente marcado pela reação burguesa à onda longa regressiva do capital desencadeada nos anos 70 do século XX. Os anos 80 e 90 foram anos de reestruturação produtiva, mundialização do capital com predominância da esfera financeira especulativa, e de neoliberalismo com a contra-reforma do Estado.

No Brasil, como nós sabemos esse ambiente e esse conjunto de medidas se instauraram tardiamente com a derrota do projeto democrático popular em 1989, dez anos depois do nosso congresso da virada, e especialmente a partir de 1995 com o governo FHC, o Plano Diretor da Reforma do Estado, as privatizações e desregulamentações, atropelando a Constituição de 1988 para diminuir o risco Brasil e

tornar o país ainda mais atrativo para o capital estrangeiro, na maioria das vezes especulativo.

A hegemonia na sociedade, desde então, tem sido do projeto neoliberal como salientava Perry Anderson (1995) num texto muito conhecido, com conseqüências nefastas para os trabalhadores e sua organização política, bastando observar a trajetória dos segmentos majoritários da CUT e do PT, instrumentos que construímos no processo de redemocratização. Nesse marco, o capital recuperou parcialmente suas taxas de lucros, mas com crescimento pífilo, medíocre, como mostrou ontem Reinaldo Gonçalves, e altíssima liquidez de capital. Enquanto o PIB mundial hoje alcança cerca de 60 trilhões de dólares aproximadamente, circulam especulativamente 600 trilhões de dólares pelo mundo. É impressionante! Esse é um dado do texto de Paulo Passarinho, publicado há pouco no Correio da Cidadania. No entanto, nesse ambiente hostil ao trabalho e seus projetos societários, mantivemos posições críticas, remamos contra a maré, repudiamos o luxo e o lixo, mostramos a cara do Brasil desigual e dramático, defendendo as conquistas constitucionais da redemocratização e denunciando os desmandos do neoliberalismo numa condição minoritária socialmente. O que chama a atenção no Serviço Social, porque essa não foi uma dinâmica corrente da esquerda brasileira no último período, é que se manteve alguma identidade política nesse campo que se abriga sob a denominação de projeto ético-político profissional, apesar das tensões advindas de análises diferenciadas dos desdobramentos do governo Lula, ou tensões com a despolitização de um sindicalismo corporativo extemporâneo.

Contudo, esse início de século vem mostrando as fissuras e contradições da reação burguesa fundada no capital que rende juros e na intensificação da mais valia relativa e absoluta que promovem o desemprego e a precarização do trabalho. A mais recente crise financeira, de agosto do ano passado para cá, é o mais forte sinal de que o ciclo de deslocamento da esfera financeira em relação à esfera produtiva está em xeque. Em agosto de 2007, os bancos centrais da tríade EUA, Europa e Japão injetaram recursos da ordem de um trilhão de dólares para garantir liquidez às instituições em dificuldades. Isso mostra que todo o discurso ideológico em favor de um suposto Estado mínimo que nunca aconteceu, cai ainda mais por terra quando se trata de socializar os prejuízos da farra privada do lucro fácil, tornando os Estados gestores da crise. Nesse momento de explosão da bolha especulativa ao redor do mundo, apenas no dia 22 de setembro desse ano, o Banco Mundial injetou 90 bilhões de dólares para conter a crise e

o pacote do governo Bush prevê injetar a cerca de 750 bilhões de dólares. Como vimos ontem, o governo brasileiro também está injetando 13 bilhões de reais para salvar as pequenas agências financeiras brasileiras. Então creio que devemos estar muito atentos a essa crise.

Essa destruição de forças produtivas acompanhada de forte concentração de capitais vai ter conseqüências políticas, implicando numa imensa crise econômico social que já se expressa na alta dos preços dos alimentos, das commodities, do petróleo e também na retomada de preços inflacionários. E também há uma crise de legitimidade do capital. Se é verdade que essa crise encontra os trabalhadores fragmentados e também sem um projeto alternativo imediatamente capaz de unificar o campo do trabalho, como aponta Braz, é preciso observar o acúmulo de contradições, de sofrimento e de violência que esse período vem impondo as maiorias. Esse processo pode explodir, como já vem explodindo em vários países da America Latina, a exemplo de Venezuela, Bolívia, Argentina, Equador, da rebelião contra a fome no Haiti e também o levante nos *banlieux* de Paris e da juventude contra o trabalho precário também na França. Mas, o que estou querendo trazer a baila é que a bolha especulativa explode e com ela pode explodir a bolha da luta de classes, o que poderá produzir deslocamentos políticos no campo da esquerda, mas também poderá desencadear mais violência, desemprego e pauperismo.

Nesse sentido, creio que é uma condição de vigor do projeto ético político profissional:

- ter análise desse momento que estamos vivendo;
- estar sintonizado com as lutas para transformar os espaços de trabalho em trincheiras;
- disputar o fundo público para as políticas sociais;
- denunciar a violência sobre os pobres dos grandes centros urbanos, a exemplo do movimento contra o caveirão no Rio de Janeiro e todas as violações de direitos humanos que ocorrem em períodos como esse;
- somar-se as forças sociais de esquerda que não sucumbiram, a exemplo do MST que vem desencadeando um intenso processo de formação de quadros no campo

e nas cidades, para estarem preparados para acompanhar e intervir nessa dinâmica que poderá nos surpreender no próximo período.

Diante disso, um projeto contra hegemônico como o nosso, no momento em que o projeto do capital está “fazendo água” e as possibilidades históricas precisam ser dimensionadas e disputadas, poderá ganhar um novo impulso no próximo período, a depender do desenrolar dessa crise e das respostas no terreno das lutas de classe.

O segundo elemento que tensiona, é a própria condição dos rumos do Brasil nesse processo. Vejam bem: um dos argumentos que apontam para uma crise na hegemonia do projeto ético político, seria sua ligação visceral com o processo de redemocratização e os instrumentos que a classe trabalhadora construiu naquele período, especialmente a CUT e o PT, sendo que esse último assume o governo federal a partir de 2002, não na nossa perspectiva democrática e popular, mas numa perspectiva transformista, ou seja, abandonando seu projeto original, sendo a maior expressão disso a condução da política econômica, e a implantação de contra-reformas – a exemplo: previdência, proposta das fundações estatais de direito privado e outras - e sua visão de política social, orientada pelos organismos multilaterais, apesar de existirem nichos de resistências no interior do Estado e no interior do governo. Sem recusar de forma alguma que a trajetória desses instrumentos atinge de forma dura o nosso projeto ético-político, há que reconhecer que o movimento recente das entidades profissionais mostra o esforço de resguardar sua autonomia e independência, pelo que inclusive vem sofrendo retaliações a exemplo das eleições da sociedade civil no CNAS, que mostraram as relações tensionadas com esse movimento sindical atrelado, dentre outros elementos. Mas a conjuntura adversa mostra nossas entidades em sua capacidade de fazer política e negociar. O exemplo agora é o concurso do INSS: nossa capacidade de mobilização e negociação levou a essa vitória, num momento em que temos tido poucas.

Nesse passo, basta observar as informações e intervenções em nome do conjunto CFESS/CRESS e seu campo de interlocução, para distinguir claramente o posicionamento crítico em face do governo Lula, em especial sobre a política social e sobre a contra-reforma do ensino superior. Posicionamentos bem recebidos na base da categoria, de uma maneira geral. Por outro lado, as entidades do Serviço Social vêm procurando constituir novas alianças com segmentos que estão na luta, como mostra sua

participação nos congressos do CONLUTAS e do MST, além de articulações setoriais, como tem sido a luta contra as fundações estatais de direito privado na saúde. Isso mostra que o projeto ético político ganhou uma dimensão mais ampla e não pode ser simplesmente aderido aos processos e forças políticas que estão na sua origem e a sua trajetória subsequente.

Há *mediações* a serem feitas aí: há um espaço de fricção e tensão entre uma dinâmica e outra. É possível afirmar que o projeto não se submeteu a lógica do transformismo nem está na eminência de fazê-lo, apesar da popularidade do governo Lula que certamente permeia segmentos das hostes profissionais. Com isso estou afirmando que o projeto ético político tem mais capilaridade do que estamos avaliando porque se assim não fosse os estragos seriam muito maiores do que essas fraturas que estamos observando, sendo especialmente produzidos pelos conservadores que nunca deixaram de existir e se renovar nesses 30 anos. Hoje, esse segmento claramente conservador tenta desqualificar o projeto ético-político profissional como “ficção ideológica”, na falta de argumentos mais consistentes, incomodados com a hegemonia democraticamente construída.

Mas o próximo período pode reservar muitas surpresas também no Brasil, porque o adesismo brasileiro à financeirização e a macro economia do real, já comentados por Evilásio Salvador, no Seminário de Controle Democrático, e por Reinaldo Gonçalves, neste Encontro, cuja representação maior é aquela malfadada Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, que foi na verdade uma carta ao mercado financeiro, pode estar com os dias contados. O aprofundamento da onda longa recessiva torna insustentável a posição defensiva do governo brasileiro, segundo a qual a crise financeira com a retração do crédito internacional e o repatriamento de capitais, atinge apenas lateralmente o país. Na verdade economistas mais lúcidos, como vimos ontem, afirmam que a deterioração do Brasil é visível e a moeda brasileira já desvalorizou 18% frente ao dólar nas últimas semanas, apesar do Banco Central anunciar compra de moeda americana para conter esse processo com os recursos do Tesouro Nacional, claro.

Nós veremos no próximo período as conseqüências do erro gravíssimo do governo Lula, ao optar por uma política que nos vulnerabiliza fortemente frente ao cassino global. Nessa esteira poderemos assistir à deterioração da legitimidade do

governo Lula, mantida a sua orientação macro econômica com larga utilização do fundo público para dar suporte aos mercados nervosos, para isso é que serve a “poupança” do superávit primário e o recrudescimento da violência sobre os trabalhadores. Isso se combina aos apelos aos sentimentos morais, a ética na economia e as regulações supranacionais dos mercados. É só prestar atenção nos discurso do governo Lula na ONU, há poucos dias, como se o capitalismo não tendesse à instabilidade, não dependesse do diferencial de produtividade do trabalho entre os países numa dinâmica de desenvolvimento desigual combinado, como se essa situação fosse um erro dos inescrupulosos ou um acidente de percurso. Sobre esse argumento, recomendo-lhes ler o artigo *Karl Marx manda lembranças*, de Cesar Benjamin, que foi publicado no jornal Folha de São Paulo na semana passada. Mas, contraditoriamente nós poderemos também ser surpreendidos com certa “esquerdização” como resposta a crise, embora esta seja a tendência, a meu ver, mais improvável. Mas, se isso acontecer seriam novidades na correlação de forças da luta de classes no espaço nacional e internacional. Portanto, há nesse processo no Brasil possibilidades históricas abertas e contradições a serem trabalhadas pela esquerda brasileira onde se localiza o projeto ético-político.

O fundamental para nós é exigir: uma política econômica diferente, com controle do fluxo do capital; uma reforma tributária digna desse nome, não essa que vai tirar dos recursos e fragilizar a seguridade social brasileira; o fim da DRU e do superávit primário; a queda efetiva da taxa de juros; a recuperação do peso dos salários na renda nacional, já que houve uma queda da participação dos salários na renda nacional, ou seja um processo de pauperização relativa dos trabalhadores brasileiros.

O terceiro elemento que tensiona o projeto ético-político é a reorientação conservadora das políticas sociais. Isso que se está se chamando de assistencialização das políticas sociais, que ao meu ver, significa predominância de uma certa concepção de Assistência Social que não é a nossa, com política focalizada e centrada na transferência de renda compensatória em detrimento da Assistência Social como política pública de Seguridade Social, apesar do SUAS, que a meu ver, é uma proposta que encerra possibilidades de resistência. Esse curso da política social e os seus fundamentos, e esse é um argumento de José Paulo Netto (2007), estariam derruindo as bases do Serviço Social crítico e a esse processo se agregam iniciativas de segmentos conservadores do meio profissional que querem transformar o Assistente Social em

profissional da assistência, como está acontecendo no município do Rio de Janeiro, mas com pretensões da difusão nacional, como bem analisa Mavi Rodrigues (2007).

Se é verdade incontestável que insidiosamente uma forma conservadora de pensar as políticas sociais penetra a reflexão e formulação de políticas, com ênfase em termos como exclusão, situação de risco, vulnerabilidade, governabilidade e solidarismo, é também evidente que nós vimos formulando e articulando um movimento de resistência teórica e político-profissional nesse campo, com resultados importantes e que fomenta a resistência de profissionais em seu espaços de trabalho, o que ainda ficou mais reforçado com o suporte da resolução do CFESS que trata das condições de trabalho dos Assistentes sociais. Desde a carta de Maceió, que vejo como um documento orientador da nossa agenda de lutas nesse ambiente regressivo, pensamos as políticas sociais da Seguridade Social como uma arena de lutas e reafirmamos nosso compromisso com uma Seguridade Social pública, universal e de qualidade, reconhecemos os avanços constitucionais de 1988 e também seus limites, e denunciemos os ataques aos direitos produzidos por uma concepção orientada pela privatização, focalização e pela descentralização e desresponsabilização do Estado e por uma política econômica que promove a erosão no financiamento da Seguridade Social, com isso obstaculizando a materialização das suas políticas segundo o preceito constitucional. Esse curso não se alterou significativamente com o governo Lula apesar de algumas inovações pontuais. Pude desenvolver melhor esse argumento na conferência dos CBAS e também no texto que está publicado na coletânea da UERJ *Trabalho e Seguridade Social – percursos e dilemas* (2008). Sabemos que alterações regressivas na sociabilidade acabaram atingindo em cheio as políticas sociais. São elas: a mudança das condições técnicas, sociais e políticas da exploração da força de trabalho brasileiro por meio da reestruturação produtiva, a recomposição da superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva, pressionando os salários para baixo; a fragilização da organização política dos trabalhadores com a dessindicalização, e burocratização da sua organização política, sindicatos e partidos; a pauperização absoluta ou relativa dos trabalhadores; e o redirecionamento do fundo público para o capital com destaque para o capital financeiro. Todas elas têm fortes impactos nas políticas públicas direcionadas a reprodução do trabalho. O impacto mais evidente das novas condições de trabalho e da alocação do fundo público foi o crescimento das demandas decorrentes do crescimento do desemprego e do pauperismo. Assim,

estivemos nesse período de construção do projeto ético-político diante do desafio de colocar em curso reformas democráticas numa correlação de forças desfavorável aos trabalhadores, que configura esse período como contra-reformista e contra-revolucionário e no qual a burguesia não negocia os anéis para não perder os dedos, e cada vez menos incorpora perspectivas de reformas.

O curso dos acontecimentos aponta na verdade para tendências muito mais dramáticas, que foram mostradas ontem, principalmente na apresentação do Rio de Janeiro, São Paulo e do Ceará, que é a regressão ao Estado penal, policial, a criminalização dos pobres, espalhando o medo e violência nas periferias urbanas, aumentando exponencialmente a população carcerária no Brasil e no mundo, judicializando as expressões da questão social. Nós acumulamos no âmbito do projeto ético político uma leitura crítica desses processos e que denuncia um Estado praticamente interdito pela decantada crise fiscal e que desencadeia uma política social a sua imagem e semelhança. Qual política social? Para controlar, quantificar e administrar a pobreza, mas não para combater e erradicar a pobreza, para que o crescimento do exército industrial de reserva ea força de trabalho não se torne uma ameaça das “classes perigosas”. Nós compreendemos como os organismos internacionais, como o Banco Mundial, orientam as políticas difundidas e implementadas no Brasil dos 90 para cá ao arpejo do projeto constitucional deslocando a discussão da pobreza da questão social e de seus elementos fundantes para a pobreza como ausência de valores individuais da vida. Assim, a política social estaria focada nas desvantagens e incapacidades dos pobres, transformando-se numa estratégia política para lidar com os que não têm condições de ingressar no mercado de trabalho e moldando o comportamento político, econômico e civil do exército industrial de reserva. Sabemos que existem inovações e avanços pontuais, sobretudo no governo Lula, mas que se mantiveram mais elementos de continuidade e que dificultam as possibilidades de consolidação da Seguridade Social como reforma democrática, do que elementos de ruptura. Portanto, essa reorientação conservadora das políticas sociais não nos pega desprevenidos, de calças na mão, porque temos instrumentos políticos e críticos para identificar sua direção e vimos formulando estratégias de resistência contra hegemônicas, sendo que muitas delas vão ser discutidas aqui, no grupo de Seguridade Social e algumas propostas já vem inclusive na fala da Sâmya e do Seminário de controle democrático.

Mas eu gostaria de destacar uma proposta, que considero muito importante. Precisamos aprofundar essa orientação sobre o trabalho profissional nos CRAS, no âmbito da Assistência Social, resgatando a educação popular que pode orientar o trabalho profissional. Isso já está apontado naquelas orientações produzidas pelo CFESS, mas penso que temos que aprofundar isso, como uma maneira de fazer um contraponto do produtivismo dos cadastros, da quantificação e do plantão. Esses espaços podem no médio prazo potencializar demandas coletivas. É da riqueza desse convívio cotidiano com os trabalhadores e suas necessidades objetivas e subjetivas que vamos poder extrair elementos e construir objetivamente projeto de trabalhos sintonizados com as orientações gerais do projeto ético-político. Fazer essa mediação porque é isso, nós temos a produção teórica, o marco legal e a organização política, mas nós precisamos fazer uma mediação mais densa e intensa com os projetos de trabalho dos profissionais para que o projeto ganhe mais densidade e inscrição histórica e se solidifique cada vez mais. Daí a importância do projeto do CFESS de pensar os espaços de trabalho e orientações, parâmetros, ajudando e colaborando com os profissionais na base para essa construção. Então vejam, há a reorientação conservadora, mas existe a resposta. Só que essa reorientação conservadora da política social requisita também um perfil da força de trabalho. E aí é que entra a questão da formação profissional e da contra-reforma do ensino superior.

A defesa da formação profissional com seus impactos sobre o exercício é, sem dúvida, uma das principais frentes de luta da categoria nesse momento histórico. É fundamental que consigamos apreender o significado dessa expansão desmesurada do ensino superior privado e à distância. Os dados nós conhecemos, são amplamente divulgados, mas o que nos deve chamar a atenção, nesse debate, não são os números. Um país com a magnitude da desigualdade e da discriminação como esse que nós temos, precisa de muitos Assistentes Sociais. Nós queremos mais direitos, mais serviços para assegurar esses direitos, mais concursos públicos, mais Assistentes Sociais. O nosso problema é a reprodução massificada e com conteúdos banalizados. É a qualidade do ensino que está sendo oferecido que não assegura o perfil das diretrizes curriculares e não garante o Serviço Social que o Brasil precisa. Ao lado da educação a distância crescem os cursos privados, que muitas vezes são de baixa qualidade e que impedem os esforços de jovens e comprometidos professores em função das condições de trabalho precárias e intensivas. Quanto à graduação a distância, reafirmo aqui o que já disse em

outro evento organizado pelo CFESS: ela realiza no máximo um adestramento, mas jamais formação profissional digna desse nome como tem denunciado a ABEPSS e o CFESS nas notas públicas.

Qual é o significado estrutural dessa contra reforma do ensino superior? Esse significado se revela em torno de alguns eixos. Essa contra reforma quer configurar nichos de valorização do capital médio num período em que o capitalismo promove uma intensa concentração dos capitais, inclusive com tendências de fusão de capitais no âmbito da educação e dificuldade de investimento produtivo. Essa contra reforma quer também produzir para o setor privado uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo do apoio do BNDES a essas instituições privadas na perspectiva da valorização, dos suportes ao lucro privado fácil e rápido. A descoberta mais recente do curso de Serviço Social como nicho de valorização se relaciona a uma demanda do mercado de trabalho no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado no neoliberalismo, trata-se de produzir um adestramento para as requisições de mensuração, de gestão e controle dos pobres, num contexto já antecipado por Ana Elisabete Motta (1995) e Carmelita Yasbek (1999) em textos dos anos 90, e mais recentemente por José Paulo Netto (2007) e Mavi Rodrigues (2007), de assistencialização política social brasileira como já comentamos antes. Nesse contexto, não se requisita o perfil, das diretrizes curriculares, crítico, articulador, político, profissional dos sujeitos preocupados com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a politização das demandas, com a mobilização social e a educação popular, mas um profissional a imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não de seu combate, politização e a erradicação. Daí ser desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão. A resposta vem na forma do adestramento, portanto em torno de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas, nada da discussão e riqueza da sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor distante que orienta muitos alunos, ou seja, também é super explorado. Por fim a contra-reforma do ensino superior é uma estratégia política de legitimação, porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os aspectos, historicamente. Creio que essa é a maior perversidade desse projeto. Estamos produzindo no Brasil um exército de

reserva de trabalhadores de formação superior limitada e medíocre, e que tem poucas condições de competir no mercado de trabalho como mostram os processos de seleção pública e concursos públicos. Mas os que procuram esses cursos caem no canto de sereia do acesso, que na verdade é a forma do governo brasileiro responder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade no contexto da mundialização no mesmo passo em que reproduz e legitima seu projeto político.

Por fim, outro eixo dessa contra reforma é sua provável conexão com as linhas mestras do projeto de crescimento econômico brasileiro conforme as escolhas que tem sido feitas a partir da implementação do projeto neoliberal no Brasil, que traz o retorno às vocações naturais, numa reprimarização da economia brasileira, a exemplo do agronegócio, especialmente bicomcombustível e etanol. Essa hipótese, levantada por Marilda Iamamoto (2007), merece ser mais bem explorada, mas parece evidente que o ensino a distância tem ganhado mais força no interior, fronteira de expansão dessa política. O desafio da questão social nos espaços geopolíticos aumenta a demanda por Assistentes Sociais, mas quais Assistentes Sociais? São os do perfil rebaixado e acrílico.

Então aí estão os vetores estruturais e políticos que pressionam pela expansão do ensino superior privado ligeiro e também as investidas junto ao setor público, a exemplo do Reuni. E não é a primeira vez que isso acontece no Brasil. A ditadura com sua modernização conservadora criou também, aqui entre nós, a universidade tecnocrática buscando adaptar as universidades a execução do milagre brasileiro produzindo força de trabalho qualificada em determinados níveis e também para calar as camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior.

Esse processo também mostrou contradições. Foi por dentro dessas universidades que a ditadura criou que nós construímos o nosso projeto ético-político, construímos nichos de resistência, apesar do regime. O resultado disso foi outra universidade que não era também exatamente aquela projetada pela ditadura, mas a que se forjou nas contradições, nas lutas de classe. É daí que saiu força do movimento docente, um dos primeiros movimentos de redemocratização do Brasil. Aliás, quero aproveitar para manifestar minha profunda indignação pela criação dessa Entidade paralela estimulada pelo governo federal chamada PROIFES, e a desqualificação do ANDES que foi duramente construído durante esse período.

Portanto, temos que também vislumbrar nessas ameaças um conjunto de contradições. A ABEPSS mostrou, por meio de uma exposição de Ângela Amaral², que em alguns espaços esse “boom” de criação do ensino superior e essa descoberta do Serviço Social pelo capital começam a se esgotar. Primeiro porque há um excesso de ofertas, e a demanda não tem correspondido à oferta, isso já significou inclusive o recuo de algumas instituições no oferecimento de vagas em algumas regiões do país. Então esse “boom” inicial já mostra algum nível de esgotamento. O mercado não absorve tanta oferta e o acirramento da concorrência obriga a decisão da desistência de investimento, por outro lado são conhecidas e difundidas as posições das entidades de serviço social sobre a qualidade e as características dessa oferta. Não pensemos que a nossa posição não interfere nesse recuo, ela já interfere, principalmente, em função de alguns estágios supervisionados. Interfere tanto que essas iniciativas estão sendo obrigadas a gastar dinheiro fazendo convênios com as prefeituras para tentar comprar profissionais, e há profissionais que resistem lá na base. No Rio de Janeiro tivemos oportunidade de observar isso, inclusive uma Assistente Social foi ameaçada, ela e sua família, e o caso foi parar na polícia após ela se recusar a orientar estágios de alunos que estavam no primeiro período. Um absurdo completo!

Nos cabe nesse momento, nesse Encontro Nacional CFESS/CRESS, pensar um conjunto de estratégias que passam pela defesa dos concursos públicos, qualificação dos Assistentes Sociais por meio de cursos de atualização, o apoio as lutas das universidades públicas pela abertura de vagas e turnos. É preciso um investimento massivo nisso. A resolução sobre o estágio supervisionado, uma das principais deliberações desse Encontro, vai ser um instrumento fundamental na luta contra esses cursos, um golpe no lucro fácil e rápido. Temos que apontar especialmente a articulação com o movimento estudantil que está ressurgindo desde o ano passado, é um aliado estratégico. Basta ver as ocupações das reitorias: a da UERJ estava ocupada, agora a pouco a da UNB, e houve várias ocupações ao longo do ano passado. Apesar dessa crise que está colocada na ENESSO, e esperamos que seja superada em breve, penso que o movimento estudantil é central nesse momento histórico para que possamos superar e articular essa luta. Aí estão, portanto, os quatro vetores que ameaçam o projeto ético político, mas que ao mesmo tempo apontam contradições que podem ser exploradas no

² Em palestra na Oficina Nacional de Graduação realizada pela ABEPSS em 2008, na UFRJ.

período. Nós temos que estar sintonizados com o que está acontecendo na sociedade brasileira para poder apanhar essas contradições e pensar as nossas estratégias políticas.

Quero concluir a minha exposição, afirmando que não somos evidentemente uma ilha combativa imune ao conservadorismo que viceja nesse período histórico e que se articula visível ou disfarçadamente, buscando erodir o projeto ético-político. As ameaças estão aí e buscamos problematizar essas ameaças aqui brevemente. Mas, não é a primeira vez que remamos contra a maré, e existem contradições e caminhos para a resistência. Dessa forma, entendemos que essa erosão não é inevitável nem inexorável, já que não é natural, parafraseando Brecht, e temos acúmulo na luta política e condições de explorar os sentidos da história, essa história que tem uma hemorragia de sentidos engendrados pelas contradições. Contradição e independência de classe são palavras chave nesse momento histórico em que precisamos reafirmar e aprofundar a hegemonia de valores e proposições no campo da emancipação política e da emancipação humana, que no Brasil se combinam dialéticamente.

Forjamos ao longo desses 30 anos direções políticas seguras de várias gerações de militantes e lutadores sociais, e parte deles está aqui presente. A consciência do tamanho, do desafio e da força do inimigo não derrui a confiança na resistência societária onde estão os nossos aliados - e eles existem - e na emersão da “velha toupeira” da história a partir da sinergia, da ação consciente das maiorias, hoje aparentemente dispersas e caóticas. Esse sentimento visceral é o que fazia Trotsky, por exemplo, afirmar em meio ao crescimento do nazi-fascismo e à perseguição implacável do stalinismo, num período dramático da história, sua disposição revolucionária, sua confiança no futuro. Talvez seja esse o mesmo sentimento que inspira Carlos Drummond de Andrade quando diz “*entre o amor e o fogo, entre a vida e o fogo meu coração cresce 10 metros e explode para a vida futura*”. Obrigada.”

Referências Bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti & ALMEIDA, Maria Helena Tenório (Orgs). Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. SP, Cortez, 2008.
- _____. Brasil em Contra-Reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez Editora, 2003.
- _____. & BOSCHETTI, Ivanete. Política Social – fundamentos e história. São Paulo, Cortez, 2006.

- BENSAID, Daniel. Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- BRAZ, Marcelo. A Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: Revista Inscrita nº 10. Brasília, CFESS, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Ed. Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. Das Ameaças à Crise. In: Revista Inscrita nº 10. Brasília, CFESS, 2007
- RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da Seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. In: Revista Serviço Social e Sociedade 91. São Paulo, Ed. Cortez, 2007.
- YASBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo, Ed. Cortez, 1993.

Deliberações e Recomendações por Eixo Temático

FISCALIZAÇÃO

Propostas

1. Elaborar a normatização, no prazo de seis meses, referente à emissão de pareceres conjuntos entre assistentes sociais e profissionais de outras categorias, no âmbito sócio-jurídico e outros campos onde se desenvolvem ações interdisciplinares, com base no Parecer Jurídico nº 20/07, garantindo amplo debate com a categoria profissional.
2. Sistematizar as contribuições do CRESS, com vista a aprofundar o debate sobre as competências e atribuições privativas do assistente social no Sistema “S”, considerando a existência histórica dessas instituições e o uso da expressão serviço social.
3. Elaborar Resolução pelo CFESS, com base no documento do CFESS e nos fundamentos teóricos e jurídicos, definindo que as práticas terapêuticas não são atribuições do assistente social.
4. Construir agenda nacional em defesa de concurso público para assistente social, em todas as áreas de atuação nas três esferas do governo, em conjunto com as entidades sindicais por ramo de produção considerando:
 - a) As áreas em que já existe legislação, que exigem a presença de assistentes sociais;
 - b) As áreas que demandam a presença de assistentes sociais;
 - c) As peculiaridades regionais e dos campos de atuação profissional;
 - d) A necessidade de acompanhar a realização do concurso público para o cargo de assistente social no INSS e assegurar a ampliação do número de vagas.
5. Realizar estudos com vistas a garantir a inserção do assistente social junto aos órgãos ambientais federais (Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, INCRA, FUNASA, entre outros), estaduais e municipais, em referência aos empreendimentos ambientais que exigem realização de licenciamento ambiental e projetos sociais voltados à população em sua área de abrangência, visando à efetivação do disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
6. Orientar as instituições empregadoras e realizadoras de concurso público, no que se refere à denominação do cargo, ao acúmulo de funções, atribuições e ao conteúdo programático, contemplando as diretrizes curriculares, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão.
7. Garantir nos seminários regionais das COFIs o debate sobre ética e condições de trabalho, em articulação com as entidades sindicais por ramo de atividade, abrangendo:
 - Necessidade de concurso público;
 - Cargos genéricos;
 - Atribuições privativas e relações interdisciplinares;
 - Resolução 493/2006 e 489/2006;

- Assédio moral;
 - Normas de regulação da gestão do trabalho das políticas públicas.
8. Instituir Resolução pelo CFESS sobre cargo genérico até o Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009, ancorada nos pareceres jurídicos emitidos pela assessoria jurídica do CFESS e pelas discussões já acumuladas nos Seminários Nacionais da COFI.
 9. Acompanhar a tramitação do PL 1890/07 e, se aprovado, definir os procedimentos para a efetivação da carga horária do assistente social nos espaços de trabalho e realizar levantamento da legislação existente no que se refere à carga horária de outras categorias profissionais.
 10. Intensificar a mobilização em âmbito nacional para a fiscalização de irregularidades identificadas nos campos de estágios, estabelecendo uma interface com a ABEPSS no monitoramento dos cursos de serviço social.
 11. Avaliar o processo de implementação da Resolução CFESS nº 493/2006 sobre condições técnicas e éticas do exercício profissional, a partir de levantamentos realizados pelos CRESS e sistematizados pelo CFESS.
 12. Posição contrária à metodologia DSD (Depoimento sem Dano) reconhecendo que a inquirição não é atribuição privativa e nem competência do (a) assistente social, bem como aprofundar debates na perspectiva de construir documento que aponte compromissos do Conjunto CFESS/CRESS com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e indique uma proposta de intervenção que garanta as atribuições privativas e competências do (a) assistente social no âmbito judiciário, bem como assegure os direitos de proteção integral a crianças e adolescentes no processo de inquirição especial.
 13. Articular apresentação de substitutivo ao PL 35/07 que dispõe sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de provas, nas situações que envolverem crianças ou adolescente vítimas e testemunhas de crime.
 14. Solicitar Parecer Jurídico à assessoria do CFESS para identificar as conseqüências/implicações jurídicas quanto à participação do (a) assistente social na metodologia DSD, uma vez que não se configura como atribuição privativa e nem competência da Assistente Social.
 15. Elaborar Resolução pelo CFESS, após a produção do Parecer Jurídico, com base no documento do CFESS (acerca da matéria) e nos fundamentos teóricos e normativos do serviço social, definindo que não é competência nem atribuição privativa dos assistentes sociais a intervenção profissional na metodologia DSD.
 16. Problematizar no estudo jurídico sobre a relação do assistente social com o poder judiciário as seguintes matérias
 - a) O não cumprimento de determinação judicial de busca e apreensão de crianças, adolescentes e idosos pelos assistentes sociais.
 - b) Realizar estudo jurídico, encaminhando os resultados aos CRESS, sobre a possibilidade de pagamento de honorários aos assistentes sociais, quando nomeados para emissão de pareceres e sobre a intimação dos profissionais das prefeituras para elaborarem estudos sociais em Comarcas que não possuem assistente social no judiciário.
 17. Elaborar Resolução que regule a relação do assistente social na função de assistente técnico com aquele que está na função de perito judiciário, com base nos pareceres jurídicos 25/98, 23/02 e 17/03 (da assessoria do CFESS) que tratam da qualificação do assistente técnico como perito judicial, apresentando no Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2009.

18. Concluir os estudos do GT Saúde, até março/2009, acerca de:

- a) Competências e atribuições dos assistentes sociais na saúde;
- b) Residência multiprofissional e em serviço social;
- c) Representações do Conjunto nos fóruns e conselhos na área de saúde.

Caberá ao GT elaborar Minuta de Resolução sobre as competências e atribuições dos assistentes sociais na saúde, até o Encontro Nacional de 2009.

19. Elaborar e publicizar material informativo (cartaz, folder, cartilha) sobre supervisão direta de estágio em serviço social.

20. Contemplar na reformulação do Módulo de Fiscalização do SISCAFW o conteúdo dos instrumentos da PNF, de modo a possibilitar que a coleta dos dados seja sistematizada de forma unificada nacionalmente.

Realizar campanha nacional de atualização de dados cadastrais dos (as) assistentes sociais inscritos nos CRESS.

21. Criar GT para realização de uma pesquisa/avaliação nacional sobre o exercício profissional contemplando: condições éticas e técnicas de trabalho, perfil e qualificação profissional, espaços ocupacionais, organização política e inserção em espaços participativos, políticas referentes, competências e atribuições relativas à Lei de Regulamentação da Profissão;

22. Realizar estudo jurídico de viabilidade da atualização obrigatória do registro profissional vinculada a Política Nacional de Capacitação e Fiscalização.

23. Retificar a Resolução nº. 513/2007 (sobre a Lacração de Material Técnico), corrigindo seu artigo 7º e adequando seu conteúdo de forma a considerar as contribuições encaminhadas ao CFESS pelos CRESS em 2006, na ocasião da revisão da Política Nacional de Fiscalização.

24. Elaborar um Código Processual para apuração das infrações disciplinares, previstas no artigo 22 do Código de Ética Profissional.

25. Atualizar a situação sobre a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e intervir para a sua adequação no que se refere à profissão de assistente social.

26. Intensificar a fiscalização nas unidades prisionais a fim de mapear a existência de equipe multiprofissional, com participação da (o) assistente social, conforme previsto na Lei de Execução Penal, e analisar sob quais aspectos a Portaria Interministerial 1777/03 vem sendo implantada no que se refere a presença do assistente social nas equipes de atenção à saúde nos presídios, enviando os resultados para o CFESS para compilação dos dados e encaminhamento de ações políticas na garantia dos direitos humanos.

27. Defender o cumprimento do Artigo 150 do ECA, adotando as seguintes estratégias:

- a) Produção de manifestação do Conjunto CFESS/CRESS, sobre a ausência ou insuficiência dos profissionais nos Tribunais de Justiça, considerando mapeamento realizado pelo CFESS e estudo realizado pela ABMP, sobre o sistema de justiça e as equipes interprofissionais, com indicação das implicações no acesso aos direitos, na qualidade dos serviços e no exercício profissional;
- b) Articulação de audiências públicas e outras ações que ampliem debate e garantam a transformação da Recomendação nº 02/2006 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em Resolução, e ampliação das equipes via concurso público;

- c) Aprofundamento do debate sobre atribuições e competências profissionais no poder judiciário e a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes.
28. Efetivar a fiscalização nas unidades de ensino, promovendo discussões entre as entidades da categoria (ABEPSS/ENESSO/CFESS/ALAEITS), com ênfase no estágio em serviço social, conforme estabelecido na Resolução sobre regulamentação da supervisão de estágio.
29. Iniciar estudos acerca de uma política de apoio (financeiro, técnico e político) aos CRESS, que possibilite a intensificação da Política Nacional de Fiscalização, em especial junto aos CRESS que não possuem agentes fiscais e àqueles com necessidades de ampliação de quadro de agentes fiscais.
30. Elaborar mecanismos de apoio político aos assistentes sociais que sofrem ameaças e punições ao se negarem a supervisionar estágio profissional, especialmente no ensino de graduação à distância.

RECOMENDAÇÕES

1. Socializar experiências de fiscalização conjunta com outras categorias
2. Ampliar divulgação do material elaborado pelo CFESS e CFP que versa acerca das atribuições e competências profissionais no âmbito do SUAS.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Propostas

1. Intensificar a aproximação com a categoria na perspectiva de consolidar o enraizamento do projeto ético-político profissional por meio de atividades que tenham como uma das referências o curso Ética em Movimento.
2. Confeccionar material de divulgação destacando o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS na defesa dos direitos humanos, contemplando material audiovisual.
3. Fortalecer as comissões permanentes de ética para o cumprimento da sua função regimental.
4. Efetuar um levantamento junto aos CRESS sobre o trabalho das Comissões Ampliadas de Ética/CEDH no sentido de fortalecer também as ações em defesa dos direitos humanos com a garantia da articulação político-programática com movimentos sociais democráticos, incorporando na agenda o debate e o posicionamento sobre questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, ciclo de vida, pessoa com deficiência e outras temáticas.
5. Construir posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS sobre as políticas de ações afirmativas, nas suas diversas dimensões, através de eventos regionais, com a perspectiva de tomada de posição indicativa do Conjunto CFESS/CRESS no próximo Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.
6. Elaborar até 2011 o compêndio sobre jurisprudência dos recursos éticos julgados.
7. Finalizar a elaboração do projeto da edição comentada do Código de Ética na gestão 2008-2011
8. Concluir o debate do Conselho da Comunidade em 2008, construindo parâmetros ético-políticos profissionais e fazer gestão junto ao legislativo para propor alteração do texto legal referente às finalidades, composição e papel do Conselho da Comunidade, previstos nos artigos 80 e 81 da Lei de Execução Penal, na direção de um Conselho

de Controle Social, integrado por diversas organizações da sociedade, em defesa dos direitos de sentenciados e familiares, desatrelado do aparato estatal, na construção da transparência da gestão prisional.

9. Multiplicar a capacitação realizada no Seminário de Controle Social, para os profissionais que representam o Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos com a ótica da universalização dos direitos humanos.

10. Realizar debate sobre os dilemas éticos e bioéticos que se manifestam no cotidiano profissional, durante o Seminário Nacional de Saúde que acontecerá em 2009.

11. Implementar ações referentes à Campanha “Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil”.

12. Manifestar posição contrária à metodologia DSD (Depoimento sem Dano) e aprofundar debates na perspectiva de construir documento que aponte compromissos do Conjunto CFESS/CRESS com o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do (a) adolescente e indique uma proposta de intervenção que garanta as atribuições privativas e competências do (a) assistente social no âmbito judiciário bem como assegure os direitos de proteção integral a crianças e adolescentes no processo de Inquirição Especial.

13. Articular a apresentação de substitutivo ao PL 35/07 que dispõe sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de provas, nas situações que envolverem crianças ou adolescentes vítimas e testemunhas de crime.

14. Realizar debates no âmbito do CFESS/CRESS e com a categoria, intensificando a agenda feminista no serviço social sobre os direitos sexuais e reprodutivos com ênfase nas discussões sobre a descriminalização, legalização do aborto, firmando posição do Conjunto CFESS/CRESS no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

15. Difundir e discutir na categoria profissional a norma técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal e seguro como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos que se exerce no contexto da laicidade do Estado, garantindo justiça social e igualdade de gênero.

16. Realizar debate no Conjunto CFESS/CRESS, sobre os direitos sexuais e reprodutivos nos próximos Encontros Descentralizados e Encontro Nacional.

17. Produzir um CFESS MANIFESTA em defesa do Estado laico

18. Fortalecer e apoiar a aprovação do PLC 122/06 que criminaliza a homofobia. O texto altera a Lei 7716/89, que define crimes resultantes de preconceito de raça e cor, incluindo aqueles motivados por questões de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

19. Propor a incorporação no âmbito da política de assistência social e do judiciário o direito à adoção por casais LGBTTT.

20. Apoio e participação nas lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora e contra as formas políticas e jurídicas de criminalização dos movimentos sociais e da pobreza.

21. Promover uma avaliação qualitativa, nos próximos 12 meses, do Projeto Ética em Movimento, para identificar o impacto dos processos de multiplicação, realizados pelos agentes multiplicadores/as.

RECOMENDAÇÕES

1. Apropriar-se da discussão dos Sistemas Nacional e Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos.

2. Realizar e participar de atividades considerando o calendário de lutas em defesa dos direitos humanos.
3. Produzir um CFESS MANIFESTA referente ao dia de luta pelos direitos humanos (10 de dezembro).
4. Desenvolver estratégias coletivas frente à violação de direitos vivenciados pelos assistentes sociais no seu exercício profissional, fomentando a interlocução com outras categorias profissionais.
5. Dar continuidade as atividades desenvolvidas a partir da campanha pela livre orientação e expressão sexual como forma de garantir o avanço junto à categoria dada importância do debate.
6. Indicar e aprovar, ao final de cada gestão do Conjunto CFESS/CRESS uma Campanha Nacional a ser desenvolvida na direção da defesa do projeto Ético Político Profissional.

SEGURIDADE SOCIAL

Propostas

1. Articular junto à União, Estados, DF, municípios e respectivas instâncias de controle social, FENTAS e conselhos gestores das três esferas, visando garantir a inclusão de serviço social nas equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), por meio de concurso público.

Fortalecer o que já existe de legislação quanto aos profissionais da ESF e a efetivação das diretrizes da NOB/RH e realizar debates regionais a fim de aprofundar a discussão acerca da inserção do assistente social nos NASF, considerando as atribuições específicas da profissão em cada um destes espaços, garantindo assim, a não transferência de profissionais que estão nas Equipes de Saúde da Família para os NASF.

2. Participar e acompanhar criticamente o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social/ SUAS, entendendo e defendendo que sua exequibilidade requer:

- a) Aumento real de recurso nas três esferas de governo mediante vinculação de recursos da seguridade para a assistência social, conforme deliberação da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social e destinação para o Fundo de Assistência Social, com pisos nacionais condizentes com os custos dos serviços sócio-assistenciais.
- b) Estimular a participação crítica dos assistentes sociais nos Conselhos e o fortalecimento dos Fóruns de assistência social, pelo Conjunto CFESS/ CRESS, e incentivo à participação dos usuários em articulação com os movimentos sociais.
- c) Propor alterações no PL 3077, que regulamenta o SUAS, aprofundamento da discussão e apresentação de posicionamento do Conjunto sobre o PL 3021, que regulamenta a certificação de entidades de assistência social, em consonância com ampliação dos direitos sócio-assistenciais e do controle social.

d) Gestão articulada do BPC pelo MDS e MPS, objetivando alterações nos seguintes aspectos:

1. Ampliação do aumento da renda per capita familiar para um salário mínimo;
2. Não computar para fins de cálculo da renda familiar os benefícios previdenciários e assistenciais, já concedidos a qualquer membro da família de valor igual a um salário mínimo.
3. Adequação e/ ou revisão do conceito de família;
4. Critérios e processos de revisão do BPC;
5. Aumento do quadro de assistentes sociais do INSS para proceder avaliação social da pessoa com deficiência, estabelecida no Decreto 6.214 /2007;
6. Alteração da terminologia da LOAS, com adaptação às novas nomenclaturas relativas a “pessoa com deficiência”;

e) Implantação da NOB/ RH SUAS nos municípios e estados e DF, com ênfase na educação permanente de trabalhadores, gestores e conselheiros e realização de concurso público

f) Legislação federal que autorize repasse de recursos para pagamento de trabalhadores do quadro próprio.

g) Regulamentação de serviços com composição de equipes de referência.

h) Garantia do comando único, da universalização da cobertura da rede sócio-assistencial e da formação de um amplo quadro de trabalhadores, mediante concurso público.

i) Articulação com as demais políticas de proteção social.

3. Acompanhar o processo de implementação da NOB/ RH-SUAS nas três esferas de governo, por meio da seguinte agenda:

a) Articulação com outras categorias profissionais, sindicatos e demais forças sociais para instituição das câmaras/ mesas de negociação para defesa e regulação das condições e relações de trabalho;

b) Defesa de capacitação permanente própria para os trabalhadores da AS.

c) Defesa da ampliação da equipe nos serviços sócio-assistenciais mediante concurso público, incluindo assistente social.

d) Aprofundamento das discussões sobre o trabalho do assistente social no SUAS problematizando: as competências técnicas que vêm sendo atribuídas aos profissionais, com base na lei de regulamentação da profissão no documento do CFESS/CFP e na resolução 493/07 sobre as condições de trabalho; o trabalho sócio educativo com famílias e o trabalho nos CRAS no que refere a educação popular e mobilização social.

4. Efetivar o trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando os resultados finais no Encontro CFESS/ CRESS de 2009 e considerar as propostas no relatório parcial.

5. Construir a carta de Brasília, enfatizando a campanha nacional “trabalho, riqueza e direitos humanos no Brasil”, contemplando os itens abaixo:

- a) Necessidade de alterar a política econômica do Governo Federal, particularmente, o fim da transferência de verbas das políticas públicas para efeitos de superávit primário contextualizando a crise financeira atual;
- b) Reafirmação dos valores e princípios do Projeto Ético-Político Profissional;
- c) Denúncia da precarização da formação profissional e expansão acelerada dos Cursos de Serviço Social, privados presenciais e à distância;
- d) Desafios ao trabalho do assistente social no âmbito das Políticas Sociais;
- e) Reafirmar as Políticas Sociais como direito social e dever do Estado, manifestando posição contrária às contra-reformas, que desregulam direitos, precarizam as relações e condições de trabalho e terceirizam a gestão dos serviços públicos.

6. Fortalecer e acompanhar a reestruturação do Serviço Social do INSS, de modo a contemplar a realização dos serviços específicos a serem prestados à população previdenciária e aos usuários do BPC, através de:

- a) Acompanhamento do processo de realização do concurso público, ampliação do quadro de profissionais de serviço social e realização de mobilização junto ao parlamento a fim de garantir o orçamento para ampliação das vagas em 50%.
- b) Acompanhamento do processo de restabelecimento dos instrumentos técnicos do serviço social junto ao INSS (parecer social, recursos sociais, etc).

7. Adotar estratégias políticas para a representação do CFESS/ CRESS nos Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, considerando a fundamentação jurídica que os caracteriza como representação de trabalhadores e de defesa de direitos, por meio de:

- a) Articulação com os movimentos sociais;
- b) Manutenção atualizada do mapeamento, acompanhamento e avaliação das representações do Conjunto CFESS/ CRESS nos Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos;
- c) Realização de encontros estaduais de assistentes sociais com assento nos Conselhos, com o objetivo de ampliar e capacitar a categoria, discutindo os critérios de indicação das representações e os instrumentais de acompanhamento, socialização e monitoramento dessas representações, remetendo a discussão para os Encontros Descentralizados e Nacional;

d) Capacitação e fortalecimento de representação da categoria nos Conselhos de políticas públicas e defesa de direitos com enfoque no controle e acompanhamento da execução orçamentária nas três esferas de governo.

8. Manter debate no âmbito dos Conselhos e Fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 1756/2003, que dispõe sobre a Lei Nacional de Adoção e dá outras providências, propagando campanha que denuncie para a sociedade o seu teor discriminatório, mobilizando parlamentares em desfavor ao projeto.

9. Defender nos diversos espaços de controle social, no parlamento e na sociedade em geral, a posição do Conjunto CFESS/ CRESS em defesa do ECA, e em especial no que diz respeito a:

- a) Não alteração da idade de responsabilidade penal;
- b) Não alteração de tempo de internação dos adolescentes autores de ato infracional;
- c) Acompanhamento crítico e monitoramento do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo – SINASE;
- d) Implantação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;
- e) Combate à violência sexual doméstica e exploração comercial contra a criança e adolescente.

10. Fortalecer as seguintes estratégias de resistência às Fundações Estatais de Direito Privado:

- a) Solicitar estudos à assessoria jurídica do CFESS sobre a possibilidade jurídica de acionar o MP Federal contra a existência das fundações estatais de direito;
- b) Acionar o MP nos Estados que já aprovaram lei instituindo as fundações;
- c) Intensificar ações no parlamento contra a aprovação do PL que cria as fundações;
- d) Manter ações de articulação junto aos movimentos sociais e mecanismos de controle social.

11. Promover Seminário Nacional de Serviço Social na área da Saúde em junho de 2009, a fim de contemplar a decisão da Plenária Ampliada realizada em abril de 2007, contemplando também na programação a discussão do PSF, NASF e serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos.

12. Fortalecer articulações políticas com os movimentos sociais em defesa da agenda da seguridade social do Conjunto CFESS/CRESS e contra as “reformas” previdenciárias, trabalhistas, universitária e tributária, nos moldes atualmente propostos pelo governo federal, com destaque para a implantação dos Fóruns de Seguridade Social e a luta pelo retorno do Conselho Nacional de Seguridade Social.

13. Acompanhar o processo de implementação do Sistema Nacional de Habitação de interesse social, defendendo a luta pelo direito a cidade com:

- a) Criação e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais;
- b) Fortalecimento e participação nos Conselhos das Cidades e dos Fóruns pela Reforma Urbana;
- c) Realização de debates sobre os vários instrumentos e medidas que dão diretrizes para uma Política Urbana participativa e democrática.

14. Intensificar discussão no Conjunto CFESS/ CRESS sobre a questão indígena no Brasil, população quilombola e comunidades tradicionais, o aparato legal (legislação) que as regem, bem como o estudo sobre o acesso desses segmentos às políticas públicas.

15. Aprofundar estudos em conjunto com a COFI, para estabelecer parâmetros de atuação dos Assistentes Sociais nas diversas políticas sociais, tendo como eixos:

- a) O subsídio às lutas pela ampliação da presença desses profissionais nas instituições responsáveis pelas políticas;
- b) A qualificação do atendimento oferecido à população e as condições de trabalho do assistente social;
- c) A viabilização, a construção e a oferta de novas políticas determinadas pela conjuntura;
- d) As referências já existentes nas diretrizes e leis nacionais
- e) A superação da lógica produtivista presente na gestão das políticas sociais

16. Elaborar uma brochura com o conteúdo das palestras e debates provenientes do Seminário Nacional de Controle Social.

17. Realizar o II Encontro Nacional dos Assistentes Sociais do Sistema Sócio-Jurídico, no segundo semestre de 2009, antecedido pela realização de Encontros nos Estados que aprofundarão o debate sobre as atribuições do serviço social e o trabalho interdisciplinar.

18. Manter a discussão sobre a importância do controle social nos Conselhos de Previdência Social (nacional e regionais), defendendo seu caráter deliberativo e tripartite.

19. Firmar posição contrária à reedição dos fundos de solidariedade, uma vez que ferem frontalmente o comando único da gestão da política pública de assistência social, efetivando representações junto aos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, produzindo um CEFFS MANIFESTA sobre o tema.

20. Firmar posição contrária aos fundos públicos paralelos, uma vez que ferem frontalmente o comando único da gestão da política pública de assistência social.

RECOMENDAÇÕES

1. Fortalecer a luta por uma reforma psiquiátrica antimanicomial, articulando com outras entidades, conselhos profissionais e entidade de usuários e familiares, visando à efetivação da legislação existente.

3. Realizar reuniões permanentes com os assistentes sociais representantes dos CRESS com assento nos Conselhos de políticas e de direitos com o objetivo de discutir os instrumentos de acompanhamento, socialização e monitoramento dessas representações.

4. Estimular estudos e debates, mapear as práticas na categoria dos assistentes sociais para a transversalidade das questões ambientais, urbanas e agrárias em todas as políticas públicas, através de debates e acompanhamento sistemático da atuação profissional nestas áreas e com populações tradicionais, contemplando a discussão sobre a importância de instituir mecanismos de proteção à propriedade intelectual dos conhecimentos dessas populações, formando uma rede (internet, encontros, etc) de discussão sobre a questão ambiental.

5. Estimular estudos para a criação de um índice que revele o risco social no Brasil polarizando com os índices de risco do capital, a exemplo do risco País.

6. Aliar-se aos movimentos sociais na realização de campanhas sobre a importância do voto nas eleições, combatendo o uso indevido das políticas públicas nestas ocasiões.

7. Promover debates em âmbito regional sobre o ECA, SUS, Estatuto do Idoso, Lei da Pessoa com Deficiência e o Programa Brasil sem Homofobia, assim como a atuação profissional do assistente social nestas áreas.

8. Acompanhar atuação das frentes parlamentares em defesa da seguridade social na perspectiva da ampliação de direitos.

9. Defender a seguridade social como amplo e universal sistema de direitos sociais, conforme art. 6º da Constituição Federal, com financiamento baseado na desoneração do trabalho e gestão participativa, submetida ao controle da sociedade.

10. Defender nos espaços de representação que as emendas parlamentares referentes às políticas sociais sejam submetidas ao controle social de seus respectivos Conselhos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Propostas

1. Fortalecer ações políticas contra a precarização do ensino superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme as seguintes estratégias:

a) Acompanhar os debates e definições nos fóruns dos Conselhos Federais e Estaduais das profissões regulamentadas.

b) Manter as articulações com as demais entidades da categoria e movimentos sociais no sentido de reivindicar e pressionar o MEC/ CNE para que cumpra suas atribuições de autorização, avaliação e regulamentação de cursos em unidades de ensino.

- c) Dar continuidade a notificação contra o MEC relativa ao cumprimento de suas responsabilidades na autorização e credenciamento das unidades de ensino para ofertar os cursos, bem como a supervisão destes, pelo ministério supracitado, no sentido de averiguar o cumprimento do que foi proposto por estas instituições para o funcionamento dos cursos de graduação em serviço social;
- d) Acionar o Ministério Público, em sendo constatadas irregularidades das unidades de ensino que ofertam a graduação em serviço social.
- e) Realizar estudo jurídico sobre a Portaria Normativa 040/2007 do MEC na perspectiva de verificar possibilidades jurídicas de intervenção, com base em Parecer Jurídico já emitido pela assessoria jurídica do CFESS.
- f) Constituir GT com representantes do CFESS e de um CRESS de cada região para construção de estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior.
- g) Realizar audiências públicas (regionais e nacional) envolvendo diversos Conselhos de categoria profissional, associações de classe, sindicatos e movimentos sociais, com o objetivo de debater e se posicionar frente à precarização do ensino em defesa da qualidade da formação profissional.
- h) Efetivar o plano de lutas em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, cujas estratégias serão sistematizadas pelo GT Formação, constituído nesse encontro a partir de todas as propostas já aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS. O GT deverá apresentar documento ao conjunto até 15 de dezembro de 2008.

2. Não realização do exame de proficiência no serviço social

3. Instituir uma Política Nacional de Educação Permanente para os assistentes sociais, envolvendo os CRESS e as unidades de ensino locais, a partir das seguintes estratégias:

- a) Estabelecer diretrizes nacionais para Política Nacional de Educação Permanente;
- b) Adotar mecanismos nacionais de incentivo e apoio aos CRESS para elaboração de sua política local de Educação Permanente, em conjunto com as entidades de ensino locais e nacionais, evitando ações isoladas e cursos fragmentados;
- c) Estabelecer parcerias institucionais entre as instituições de ensino superior e os CRESS, para oferta de cursos de pós-graduação a partir das demandas dos assistentes sociais e em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente;
- d) Elaborar minuta da Política Nacional de Educação Permanente pela Comissão de Formação do CFESS, encaminhando-a aos CRESS, ABEPSS, ENESSO e às

Unidades de Ensino para conhecimento, e ao GT Formação para apreciação, debate e retorno com vistas à sua deliberação no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

4. Estimular/manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, unidades de ensino e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS e o CFESS no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

5. Acompanhar a discussão do GT Serviço Social em Saúde sobre as Residências multiprofissionais e uniprofissional de serviço social na área da saúde.

6. Articular debates com entidades do movimento social, especialmente o ANDES, no sentido de defender projeto de universidade em consonância com o projeto ético-político do serviço social.

7. Remeter ao GT Formação o debate sobre as gestões a serem feitas junto ao MEC para ampliação, a outras categorias (além da psicologia, da odontologia, do direito e da medicina), do poder de interferência nos processos de abertura e renovação de cursos de graduação (presencial e à distância), conforme previsto pela Portaria nº. 40 daquele Ministério. Desde já, manifestar-se junto ao MEC nos processos de reconhecimento dos cursos de serviço social nos termos do Artigo 37 do Decreto Nº. 5773/2006.

8. Articular junto ao CNS a inclusão do serviço social no conjunto de profissões que são analisadas pelo referido Conselho nos processos de autorização de abertura de cursos de graduação, reconhecimento, mediante alteração na legislação pertinente que prevê esse procedimento para os cursos de medicina, odontologia e psicologia.

9. Avaliar a utilização de mecanismos jurídicos para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de inviabilizar, nesta hipótese, a inscrição do bacharel no CRESS.

10. Solicitar ao MEC o ato de credenciamento das unidades de ensino para ofertar os cursos de serviço social, bem como a supervisão destes, pelo Ministério supracitado, no sentido de averiguar o cumprimento do que foi proposto por estas instituições para o funcionamento dos cursos de graduação em serviço social; (remeter para o GT)

11. Intensificar a fiscalização nas unidades de EAD, incluindo tele-salas e semipresenciais, para conhecer as atribuições dos professores especialistas, tutores eletrônicos, tutores de sala e dinâmica de funcionamento das aulas e do estágio supervisionado com vistas a garantir o previsto nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93. (remeter para o GT)

12. Elaborar dossiê com informações sobre a estrutura de funcionamento e irregularidades encontradas nos cursos de serviço social à distância e divulgar este documento junto à opinião pública (jornais, rádios, internet, demais conselhos profissionais, movimentos sociais, e outras). (remeter para o GT)

13. Mobilizar a opinião pública sobre a precariedade dos cursos de graduação à distância, em conjunto com os Conselhos de Fiscalização de outras categorias, com

ampla divulgação dos Decretos que regulamentam o EAD, e de posicionamentos das entidades da categoria.

14. Acionar o Ministério Público, em sendo constatadas irregularidades das unidades de ensino que ofertam a graduação em serviço social.

15. Realizar estudos para fundamentar análise e decisão sobre a participação do Conjunto CFESS/ CRESS nos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, a ser apresentado e aprovado no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

Nesse eixo temático foi discutida e aprovada a Minuta de Resolução que trata da Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social, a qual foi aprovada em reunião do Conselho Pleno do CFESS em 29/09/08.

RECOMENDAÇÕES

1. Propor parceria com as universidades objetivando abertura de campos de estágio de serviço social junto à estrutura de fiscalização dos CRESS, conforme os parâmetros da Resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Propostas

1. Intensificar debates no Conjunto CFESS/ CRESS com outras entidades da categoria e movimentos sociais sobre relações internacionais, no âmbito do exercício e da formação profissional, fortalecendo a inserção do Conjunto no Comitê MERCOSUL, pautando questões estratégicas como circulação de profissionais nos países do MERCOSUL e acesso a direitos nos Estados fronteiriços.

2. Intensificar o debate sobre a definição de Serviço Social, envolvendo o Conjunto CFESS/ CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, tendo em vista a definição de Serviço Social que ocorrerá na Conferência Mundial, em 2010, em Hong Kong, divulgando material sobre a definição de Serviço Social nas regiões.

3. Criar estratégias para publicização do Fórum Social Mundial e incentivar a participação da categoria no evento, a ser realizado em Belém – Pará em 2009 e posteriormente discutir o papel atual do Fórum Social Mundial e a pertinência da participação da categoria e do Conjunto CFESS/ CRESS em suas próximas edições.

Recomendações

1. Dar continuidade à divulgação da agenda de eventos na América Latina com a Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais e o Comitê MERCOSUL e ALAEITS.

2. Intensificar estratégias para que os CRESS acumulem o debate acerca das relações internacionais, em especial da América Latina, através de Fóruns, debates, textos, etc.

3. Criar estratégias para envolvimento dos CRESS na discussão do Comitê MERCOSUL, para fortalecer a incorporação das relações internacionais no âmbito dos CRESS.

COMUNICAÇÃO

Propostas

1. Apresentar novo projeto gráfico da revista inscrita no primeiro semestre de 2009, considerando sua viabilidade, acessibilidade, regularidade e estratégias de distribuição impressa e eletrônica.

2. As campanhas do Dia do Assistente Social terão seus temas e arte definidos a partir dos seguintes parâmetros:

a) A campanha aprovada para cada gestão do Conjunto será o eixo norteador do tema de cada ano;

b) O tema referido no item “a” será aprovado no Encontro Nacional CFESS/CRESS de cada ano;

c) A arte será deliberada em janeiro de cada ano, após consulta aos CRESS que será encaminhada pelo Conselho Federal.

3. Adotar como tema para visibilidade da profissão em maio de 2009: “Socializar a Riqueza para Romper com a Desigualdade”.

4. Produção de material de divulgação para a visibilidade da profissão em nível nacional que contemple o que é o Conjunto CFESS/CRESS e quais as instâncias deliberativas e de participação, rotinas administrativas, entre outras, voltadas aos usuários, empregadores e a sociedade

5. Divulgar nos meios de comunicação institucionais dos CRESS as experiências relativas à supervisão direta de estágio em serviço social e seus desdobramentos, com interface nas comissões COFI e de Formação Profissional.

6. A partir dos resultados do Seminário Nacional de Comunicação, redimensionar, ampliar e reafirmar a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/ CRESS, dando-lhe visibilidade interna e externa através das seguintes ações:

a) Seminários, oficinas, encontros, ações de interiorização, vídeos debates, dentre outros;

b) Divulgar interna e externamente a brochura da Política Nacional de Comunicação nos meios de comunicação eletrônicos;

c) Construir estratégias para inserção dos posicionamentos políticos do Conjunto CFESS/ CRESS nos meios de comunicação de “massa” e “alternativos”;

d) Difundir tais posicionamentos nos espaços das entidades representativas, movimentos sociais e outros parceiros do projeto ético-político;

e) Criar estratégias de comunicação permanente e trocas de experiências entre os CRESS e CFESS;

f) Realizar levantamento da implantação da Política Nacional de Comunicação junto aos CRESS e ao CFESS no Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2009.

g) Realizar levantamento para garantia das condições de acessibilidade aos profissionais com deficiência.

7. Estudar a possibilidade de produção de clipping nacional, pelo menos semanalmente, sobre assuntos que pautaram a mídia e que tem relação com o serviço social.

Objetivos: servir como fonte de notícias; mostrar caminhos para novas pautas, interesse da mídia e avaliar o Conjunto sobre a leitura que a mídia faz sobre o serviço social

8. A partir da elaboração e implantação dos Planos Internos de Ação de Comunicação do CFESS e dos CRESS, estes deverão enviar seus planos para o CFESS identificar ações que sejam comuns e definir formas de viabilizá-las, inclusive prazos.

9. Produzir mensalmente CFESS MANIFESTA referente a temas ou questões em destaque e enviar aos CRESS para reprodução e distribuição junto à categoria e à sociedade.

10. Produzir um Guia de Fonte (CFESS no âmbito nacional e CRESS nos âmbitos estaduais) com a indicação do trabalho realizado pelo (a) assistente social, áreas de atuação e quem atende, contendo nomes de assistentes sociais e suas respectivas especialidades como fontes/ referências, para ser encaminhado às(aos) jornalistas com o objetivo de facilitar o seu acesso aos profissionais / fontes e visibilizar a profissão.

11. Estudar a criação de um prêmio nacional, nos moldes do realizado pelo CRESS do RJ, que escolha a “melhor” matéria relacionada a um tema definido no Encontro Nacional CFESS/ CRESS.

12. Realizar estudo de viabilidade acerca da maior utilização da internet de modo a favorecer a articulação do Conjunto CFESS/ CRESS.

13. Intensificar as formas de articulação entre as Comissões de Comunicação dos CRESS com objetivo de fomentar o debate e efetivar a implementação da Política Nacional de Comunicação.

14. Priorizar na agenda política do Conjunto, em 2009, ações voltadas aos 30 anos do “Congresso da Virada” e confeccionar materiais de comunicação.

15. Elaborar estudos com vistas a publicar uma coletânea de legislação para os CRESS que ainda não têm, com produção e diagramação pelo CFESS e impressão pelos CRESS, na perspectiva de socializar os custos e assegurar que todos os CRESS tenham uma coletânea como instrumento de apoio ao trabalho profissional.

16. Em sintonia com o levantamento sobre a implementação da Política Nacional de Comunicação, realizar estudos no sentido de viabilizar que todos os CRESS do Brasil tenham, no mínimo, um jornal semestral para distribuição junto à categoria.

Recomendações

1. Envolver a categoria nas ações do movimento social em defesa da democratização da comunicação.

2. Assegurar, na agenda dos Encontros Descentralizados, reunião entre os representantes das comissões de comunicação dos CRESS/CFESS com objetivo de fomentar o debate e efetivar a implementação da Política Nacional de Comunicação, e realizar em 2010 o II Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS.

3. Garantir que todos os certificados de participação emitidos pelo Conjunto CFESS/ CRESS incluam carga horária e conteúdo temático.

4. Investir na publicidade de posicionamentos em defesa do fortalecimento da profissão, pensando em uma política de comunicação externa, em contraponto à perspectiva neoconservadora.

5. Realizar estudo financeiro para inserção da imagem do(a) assistente social e do Conjunto CFESS / CRESS nos diferentes meios de comunicação: rádio, TV, revistas e jornais impressos e eletrônicos.

6. Assegurar no Seminário de Gestão Fiscal, realizado no início de cada gestão, o debate sobre comunicação, recomendando a participação dos (as) assessores(as) do CFESS/CRESS. Ter como eixos iniciais dessa capacitação:

a) Oferecer maior conhecimento das normas do jornalismo, a fim de preparar quem possa garantir visibilidade adequada ao serviço social nos veículos de comunicação;

b) Possibilitar conhecimento da linguagem e os formatos de cada meio para melhorar o relacionamento com os jornalistas;

c) Manter contato estreito e permanente com a mídia facilitando a divulgação dos serviços do Conjunto e permitindo à imprensa o acesso rápido e seguro aos colaboradores que atuam nos CRESS e CFESS.

ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Propostas

1. Manter atualizado o estudo do perfil do inadimplente em cada Regional, tendo como objetivo identificar as razões da inadimplência, divulgando os resultados através dos meios de comunicação dos Conselhos Regionais e Federal, e ser apresentado a cada Encontro Nacional CFESS/ CRESS, a partir de 2009.

2. Corrigir em 7,0% (IPCA/ IBGE - setembro de 2008) o patamar máximo e mínimo das anuidades do exercício de 2008 a serem praticadas em 2009, para pessoa física, conforme Resolução a ser expedida pelo CFESS, mantendo o parcelamento da anuidade em até 06 (seis) meses sem juros, a contar de janeiro. Data de vencimento das parcelas da anuidade: do dia 05 ao dia 10 do mês subsequente.

3. Corrigir em 7,0% (IPCA/ IBGE – setembro de 2008) a anuidade do exercício de 2008 a ser praticada em 2009, da pessoa jurídica. Data do vencimento da anuidade: do dia 05 ao dia 10 do mês subsequente.

4. Corrigir em 7,0% os valores de taxas e emolumentos praticados em 2008.

5. Estabelecer descontos de 15%, 10% e 5% sobre o valor da anuidade quando paga em parcela única nos meses de janeiro, fevereiro e março, respectivamente para pessoa física e jurídica. Manter as demais disposições da Resolução CFESS nº 511 de 29/09/2007, que trata de anuidades.

6. Aprofundar estudos sobre a revogação da Resolução CFESS nº 354/97, que trata do cancelamento e suspensão de inscrição por débito, a partir do Parecer Jurídico 11/08, com encaminhamento ao CFESS das contribuições do CRESS e de suas respectivas assessorias jurídicas, até dezembro/08, para definir sobre a revogação dessa Resolução no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

7. Prorrogar a validade da Resolução CFESS nº 506 de 05/08/07 e manter a Comissão Gestora do Fundo de Apoio aos CRESS, Seccionais e CFESS até o Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2009, quando será aprovada nova Resolução que reverá continuidade, critérios de acesso, rodízio na composição da comissão, dentre outros. A Comissão Gestora receberá contribuições dos Regionais até dezembro de 2008 e elaborará uma Minuta a ser discutida nos Encontros Descentralizados de 2009 para aprovação no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

8. Que os CRESS encaminhem ao CFESS, até dezembro de 2008, o levantamento da legislação existente, sobre a liberação dos conselheiros para o exercício de suas atividades no Conselho e após este prazo o CFESS construa proposta a ser apresentada no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

9. Solicitar com urgência a IMPLANTA as seguintes alterações no funcionamento do serviço:

01. Providenciar sistema específico para o Conjunto CFESS/ CRESS, no qual modificações somente sejam realizadas mediante consulta / autorização de cada Conselho (para tanto estabelecer referência em cada Conselho).

02. Realizar capacitação permanente do funcionário de referência.

03. Definir funcionário de referência para atendimento ao Conjunto: um para cada região (sudeste, centro-oeste, norte, nordeste e sul) na tentativa de que o mesmo acumule informações e conhecimentos sobre as particularidades daquele grupo e tenha disponibilidade de tempo para atendimento imediato e com qualidade ao Conjunto.

04. Elaboração e distribuição de manual detalhado (e previamente testado) sobre o sistema: procedimentos para pesquisa, alimentação, etc. Que cada alteração realizada seja encaminhada formalmente para acréscimo ao manual.

05. Realize com eficiência e eficácia, atendimento *in loco*, aos CRESS que assim demandarem.

06. Criar mecanismo para pesquisa sobre a inadimplência, por exercícios, lançados na dívida ativa ou cobrança judicial.

07. Que as atualizações do Sistema sejam realizadas durante a noite, a fim de não prejudicar o horário de funcionamento dos Conselhos.

08. Encaminhar ao Conjunto relatório mensal e anual com os seguintes dados:

- Número de novos inscritos;
- Número de inscritos ativos;
- Números de dispensados por pagamentos, por completarem 60 anos;
- Número de re-inscritos;
- Número de novos cancelamentos;

09. Estabelecer mecanismo para consulta restrita dos CRESS em casos de suspensão e cancelamento de registro profissional do Conjunto.

10. Concluir a migração do sistema PARADOX para SQL.

10. Dar continuidade ao GT SISCAFW, ampliando suas responsabilidades, tendo em vista as dificuldades dos CRESS, bem como a complexidade das demandas do Sistema, com apresentação de relatório no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

11. Realizar estudos sobre o repasse da cota parte ao CFESS, considerando a realidade local de cada CRESS.

12. Realizar estudos para verificar a viabilidade de realização de concurso público em âmbito nacional no Conjunto CFESS/CRESS até o Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

13. Efetivar todas as ações políticas, administrativas e jurídicas, criando também estratégias para intensificar o aumento da arrecadação do Conjunto CFESS/ CRESS, bem como, promover campanhas visando à redução da inadimplência e garantindo um processo de fiscalização mais amplo.

14. Estudar a viabilidade legal e financeira de alteração do *layout*, material e tamanho da carteira de identidade emitida pelo Conjunto CFESS/ CRESS, considerando para o documento a possibilidade de dar um novo formato à cédula profissional para o tamanho similar da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), ou em forma de cartão magnético.

15. Realizar estudos objetivando garantir os aspectos legais sobre a necessidade de publicação de instrumentos dos CRESS.

16. Revisão e re-edição, até março de 2009, do livro "Procedimentos Administrativo-Financeiros e Contábeis", com disponibilidade na Internet.

17.Rever e atualizar a Resolução CFESS nº 378/98 (Consolidação das Resoluções do CFESS), com contribuição dos CRESS, apresentando nos Encontros Descentralizados para aprovação no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

18.Realizar estudos para apreciar os impactos financeiros e políticas em torno dos descontos da anuidade.

19.O CFESS construirá uma nova proposta de metodologia para os Descentralizados e Nacional de 2009, a partir das avaliações e sugestões dos CRESS.

20.Constituir um GT com participação dos Regionais para reformulação do Código Eleitoral com vistas à aprovação deste no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

21.Realizar debates sobre as condições de trabalho das (os) trabalhadores (as) do Conjunto CFESS/CRESS.

Recomendações

1.Enviar deliberações dos Encontros Nacionais CFESS/ CRESS para os Regionais até 30 dias após o término do Encontro Nacional, de forma a permitir que essas subsidiem os Planos de Metas de cada Regional para o exercício posterior.

2.Os Encontros Descentralizados serão realizados no período de junho a julho.

DELIBERAÇÕES GERAIS

1. Composição da Comissão Especial

- Região Norte – CRESS 24^a. Região / AP
- Região Nordeste – CRESS 22^a. Região / PI
- Região Sudeste – CRESS 17^a. Região/ ES
- Região Sul – CRESS 10^a. Região/ RS
- Região Centro- Oeste – CRESS 8^a. Região/ DF

2. Local do 38º. Encontro Nacional CFESS/ CRESS (2009)

- Campo Grande - MS

3. Composição de Grupos de Trabalhos

- **GT Formação**
 - Região Norte – CRESS 25^a. – TO
 - Região Nordeste – CRESS 14^a. Região – RN
 - Região Sudeste – CRESS 9^a. Região – SP
 - Região Sul – CRESS 11^a. – PR
 - Região Centro-oeste – CRESS 19^a. Região – GO
- **GT Revisão do Código Eleitoral**
 - Região Norte – CRESS 23^a. Região – RO
 - Região Nordeste – CRESS 3^a. Região – CE
 - Região Sudeste – CRESS 7^a. Região – RJ
 - Região Sul – CRESS 10^a. Região – RS
 - Região Centro-oeste – CRESS 21^a. Região – MS
- **GT Pesquisa**
 - Região Norte – Seccional RR
 - Região Nordeste – CRESS 16^a. Região – AL
 - Região Sudeste – CRESS 6^a. Região – MG
 - Região Sul – CRESS 12^a. Região – SC
 - Região Centro-oeste – CRESS 19^a. Região – GO

4. Indicativo para realização do próximo CBAS/ 2010

- Brasília – DF

5. Indicações para realização de Seminários Nacionais

- Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde – PE
- II Encontro Nacional Sociojurídico – MT
- Seminário Nacional: O Trabalho do Assistente Social no SUAS – RJ
- Seminário Nacional em comemoração ao Congresso da Virada - SP

CARTA DE BRASÍLIA

Os (as) 242 participantes, entre delegados (as) de base e direção, observadores (as) e convidados (os) reunidos(as) no 37º. Encontro Nacional CFESS/CRESS entre os dias 25 e 28 de setembro de 2008, representando o CFESS e os CRESS com sua base de cerca de 82 mil assistentes sociais brasileiros, trazem a público sua profunda inquietação e indignação para com impactos dos recentes acontecimentos relacionados à crise financeira internacional que já se desenvolve desde meados do ano de 2007 e aprofundou-se nas últimas semanas, e suas conseqüências para as políticas sociais e os trabalhadores brasileiros. A opção equivocada por uma política econômica que vulnerabiliza fortemente o Brasil, sem controle de fluxo de capitais e com uma taxa de juros das mais altas do mundo está mostrando seu custo: mais uma vez assistimos à socialização dos prejuízos causados pela farrá dos lucros fáceis da especulação financeira no mundo e no Brasil, com a transferência de vultosos recursos para as operações de salvamento das instituições financeiras e bancárias.

A sangria de recursos do fundo público, a maior parte originada do suor dos trabalhadores brasileiros em função de uma estrutura tributária regressiva fundada nos impostos sobre o consumo, apesar de ser maior nas situações de crise aguda do capital, na verdade tem sido uma marca da política econômica brasileira desde a implantação do Plano Real até os dias de hoje, com forte impacto sobre a política social, em especial a seguridade social. A alimentação de mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e o superávit primário, direcionados para pagar juros, encargos e amortizações da dívida pública com recursos da seguridade social, vem levando ao desfinanciamento da saúde e a um orçamento que não corresponde à demanda pelos serviços sócio-assistenciais preconizados pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e restringe a política social aos programas compensatórios e residuais de transferência de renda, focalizados nos segmentos mais pauperizados da população brasileira. Não bastasse essa tenacidade em manter uma política econômica que favorece os bancos e o agronegócio, o Governo Lula propõe hoje uma contra-reforma tributária que rompe com o conceito constitucional do orçamento da seguridade social, o que coloca as políticas de seguridade disputando recursos do orçamento fiscal sem as prerrogativas que existem hoje do orçamento próprio. Além disso, extingue fontes próprias da seguridade social, como a COFINS e CSLL que serão diluídas no Imposto sobre Valor Agregado.

A sustentação pública do lucro também atinge uma outra esfera que nos preocupa: o ensino superior. Desde a aprovação da LDB, que instaura o *laissez faire* na educação de uma forma contundente, vimos presenciando o aumento desenfreado de cursos privados, presenciais e à distância que não asseguram uma formação profissional qualificada e têm sido um nicho de valorização dos capitais médios, meios para acessar empréstimos públicos, e, sob o pseudo-argumento do acesso, mecanismos para adestrar trabalhadores para as demandas contemporâneas da produção e reprodução. A precarização da formação profissional tem atingido duramente o serviço social nos últimos anos, produzindo um exército profissional de reserva de baixa qualificação, à imagem e semelhança de uma política social pobre para os pobres.

A intensa e desmesurada mercantilização da vida social e o ostensivo desprezo para com os direitos sociais e humanos – já que por dentro dessa dinâmica explode uma violência endêmica acompanhada pela criminalização dos pobres – nos causa indignação. Estamos diante de um Estado Penal, que instaura uma violência a partir de cima, que culpabiliza jovens, negros, mulheres, indígenas e moradores das periferias urbanas, ao invés de dar respostas consistentes às expressões da questão social.

Diante do exposto, queremos nos somar àqueles que vislumbram um Brasil com trabalho, direitos e democracia, com redistribuição da renda e da riqueza, onde a política econômica esteja a serviço dos homens e mulheres e não das coisas. Nesse sentido, urge a mudança da política econômica, a partir de medidas como o controle do fluxo de capitais, taxas de juros que estimulem a produção e o emprego e não a especulação, o fim da DRU e do superávit primário. Além disso, defendemos a realização de uma reforma tributária progressiva sobre o lucro e a propriedade e o direcionamento do fundo público para a política social. Pensamos numa política social universal e redistributiva, na contramão das contra-reformas neoliberais.

Nesse sentido, somos contrários a todas as formas de terceirização e privatização, pois, com seus critérios discricionários, não permitem o acesso universal, produzindo as mais diversas formas de discriminação no atendimento, além de não assegurar estabilidade no emprego para os trabalhadores, atingindo suas condições de trabalho e sua organização política. Essas são razões que nos levam a denunciar e recusar as Fundações Estatais de Direito Privado, propostas na mais nova reestruturação conservadora do Estado brasileiro após o Plano Diretor da Reforma do Estado/MARE (1995). O ajuste estrutural anti-nacional, anti-público e anti-popular permaneceu ao longo desses anos, ainda que alguns nichos de resistência tenham persistido na sociedade e no Estado.

Defendemos a educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Portanto, medidas como o PROUNI – Programa Universidade para Todos – que repassa recursos públicos para as instituições privadas em nome do acesso à educação superior, e o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – que rompe com a articulação ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, a partir de um conjunto de medidas que alteram o próprio conceito de universidade, além da regulamentação frouxa da graduação à distância, são opostas à nossa concepção de educação e da formação profissional: teórico-crítica, ético-política e técnico-operativa de qualidade. Recusamos essa visão de que as demandas por direitos dos cidadãos brasileiros possam ser atendidas sem preparo, sem uma compreensão profunda da vida social, situação que é decorrente de um adestramento ligeiro e empobrecido.

É evidente que esse conjunto de processos atinge os assistentes sociais seja em suas condições de trabalho, seja no seu perfil profissional. A hora é de agir, de buscar aliados na sociedade brasileira que estejam efetivamente preocupados com o futuro, que não querem essa sociabilidade dual e violenta, que compartilhem dos princípios que defendemos no âmbito do projeto ético-político do serviço social brasileiro construído nos últimos 29 anos, que defendam os direitos e a seguridade social. De todos os desafios que estão postos este é o maior: contribuir para reunir e reorganizar as forças democráticas da sociedade brasileira que não sucumbiram à cooptação e à fragmentação

em torno de um outro projeto de país e de sociabilidade emancipada e livre para homens e mulheres. Esse é o convite dos(as) assistentes sociais brasileiros nesse momento histórico.

**Aprovada na Plenária Final do 37º. Encontro Nacional CFESS/CRESS
Brasília, 28 de setembro de 2008**

**Moções Aprovadas na Plenária Final do 37º. Encontro Nacional
CFESS/CRESS,**

Brasília, 28 de setembro de 2008

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os 242 participantes, entre delegados(as), observadores (as) e convidados (as) reunidos(as) no 37º. Encontro Nacional CFESS/CRESS vêm, por meio desta moção, repudiar a atitude da Presidente da Chapa 2, Margareth Alves Dallaruvera, concorrente às eleições para o CFESS, de impetrar representação judicial junto ao Ministério Público do Distrito Federal, visando anular as eleições para o CFESS e os CRESS realizadas em novembro de 2007, oito meses depois de empossadas as gestões do CFESS e dos CRESS. Nosso repúdio se fundamenta em algumas razões:

- 1- As eleições do Conjunto CFESS/CRESS transcorreram de forma transparente e democrática e todos os recursos e questões foram dirimidas por dentro dos trâmites previstos na Lei 8662/93, no Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS e no Código Eleitoral;
- 2- Porque os argumentos que sustentam a referida representação não condizem com o curso dos fatos e mostram um profundo desconhecimento dos parâmetros legais que orientaram as eleições e dão suporte ao funcionamento e processos decisórios do Conjunto CFESS/CRESS;
- 3- Porque discordamos veementemente da judicialização da política, método típico da pequena política conservadora, estranho à trajetória do projeto ético-político profissional, onde as diferenças são resolvidas pela categoria no voto direto e nos fóruns democraticamente constituídos;
- 4- Porque a Chapa 2 foi derrotada política e democraticamente pelo voto majoritário da categoria – 76,45% dos votos válidos - e esta atitude visa colocar sob suspeição as eleições e desestabilizar as atuais gestões, criando um contencioso judicial artificial. Na falta de argumentos consistentes para convencer a maioria dos eleitores, apela-se para um expediente injustificável;
- 5- Porque se trata de um grave ataque e que abre um precedente inédito e injusto frente ao Conjunto CFESS/CRESS, que vem realizando uma experiência democrática das mais importantes na sociedade brasileira, com base em parâmetros éticos e legais claros, num momento de fortes dificuldades das instituições democráticas.
- 6- Porque a conjuntura brasileira e a condição das políticas sociais, bem como as dificuldades com que se defrontam os assistentes sociais brasileiros no seu trabalho exigem entidades fortes e que não percamos o foco da ação política, e essa postura tem clara intenção de fragmentar o movimento dos assistentes

sociais brasileiros, o que se configura como uma flagrante irresponsabilidade política;

- 7- Porque fomos desrespeitados no esforço histórico de construir entidades vigorosas para levar adiante a luta político profissional sem tréguas contra a imensa desigualdade brasileira e em defesa dessa profissão tão importante.

MOÇÃO DE APOIO

Os 242 participantes, entre delegadas/os, observadoras/res e convidadas/os reunidas/os no 37º. Encontro Nacional CFESS/ CRESS vêm, por meio desta moção, manifestar seu apoio ao ANDES – sindicato nacional, entidade que vem se articulando conosco na luta contra a precarização do ensino superior no Brasil, em função dos recentes ataques conservadores que vem sofrendo, e que culminaram em processo em curso de cassação de seu registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e na iniciativa divisionista do PROIFES, no movimento docente, com o apoio da CUT e do Ministério da Educação.

Trata-se da mais vigorosa afronta que essa entidade tão importante na luta democrática brasileira já sofreu, em sua trajetória de resistência, desde o regime militar até a LDB e os desmandos do neoliberalismo, e um fato lamentável a ser debitado na responsabilidade desse sindicalismo dito “de resultados” que viceja no Brasil contemporâneo sob os auspícios visíveis ou velados do governo federal.

MOÇÃO DE APOIO

As/ os assistentes sociais participantes do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS apóiam a atuação da Procuradora da República Sônia Maria Carvalho e demais procuradores de sua equipe e a decisão da Juíza Federal Maria Lucia Lencastre Ursaiia na ação judicial contra a Prefeitura Municipal de São Paulo que vem terceirizando e precarizando os serviços públicos.

A determinação judicial exigiu que a Prefeitura Municipal de São Paulo reassuma a gestão de 119 equipamentos públicos de saúde que está sob a administração de organizações sociais (OS).

Esta decisão reafirma que a saúde não é mercadoria, sendo dever de o Estado garantir a todos (as) por meio de políticas públicas.

MOÇÃO PELA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO

Nós, assistentes sociais, delegadas/os, observadores e convidadas/os reunidas/os no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Brasília/DF, no período de 25 a 28 de setembro de 2008 sinalizamos para a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social a necessidade de deflagrar um processo de discussão coletiva com supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo e estudantes para construção e de uma Política Nacional de Estágio.

Sugerimos, que em princípio, ela contemple o processo de supervisão acadêmica e de campo, a fim de subsidiar as Unidades de Ensino na implementação da Resolução sobre a Regulamentação da supervisão Direta de Estágio em Serviço Social aprovada no pleno do CFESS em setembro de 2008 após deliberação no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS.

MOÇÃO DE APOIO

Nós, assistentes sociais, delegadas/os, observadores e convidadas/os reunidas/os no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Brasília/DF, no período de 25 a 28 de setembro de 2008, manifestamos nosso apoio ao PL 122/2006, que trata da criminalização da homofobia.

MOÇÃO DE REPÚDIO

As/os assistentes sociais reunidas/ os no 37º. Encontro Nacional CFESS/ CRESS, fórum máximo desta categoria, vem manifestar repúdio ao conteúdo da Carta Aberta do CONANDA sobre o brutal assassinato das duas crianças em Ribeirão Pires – SP. O repúdio refere-se ao conteúdo que sugere a criminalização do trabalhador quando oficia ao CRESS-SP e ao CRP-SP para “avaliar o trabalho dos técnicos no que se refere à emissão de laudos técnicos”. Saliente-se que a carta não questiona o descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em São Paulo e nem menciona a ingerência do governo na eleição da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, fatos que o movimento vem denunciando sob silêncio do CONANDA.

A Carta expressa a distorção do papel político do CONANDA e colabora com a baixa crítica responsabilizando os trabalhadores, quando o Estado é o maior violador.

O estado de São Paulo sediará o Tribunal Popular contra o Estado brasileiro, tendo exemplos nefastos de violação dos direitos humanos.

Exigimos, assim, a retratação do CONANDA e revisão dos itens com o conteúdo que repudiamos em respeito à categoria que, por sua posição intransigente na defesa dos direitos humanos, vem também sendo perseguida e criminalizada.

O Conjunto CFESS/ CRESS tem mecanismos para apurar denúncias de violação ética e o faz com o empenho para a defesa da sociedade, construindo com os demais coletivos as lutas para a efetivação dos direitos.

Exigimos o respeito à nossa história na defesa dos direitos humanos!

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, assistentes sociais, delegadas/os, observadores e convidadas/os reunidas/os no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Brasília/DF, no período de 25 a 28 de setembro de 2008, manifestamos nosso repúdio à prisão do sargento LACI MARINHO DE ARAÚJO por parte do exército brasileiro, pois se trata de um ato que viola os direitos humanos.

MOÇÃO DE APOIO AO MANIFESTO CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES QUE PRATICAM ABORTO

Nós, assistentes sociais, delegadas/os, observadores/as e convidadas/os reunidas/os no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Brasília/DF no período de 25 a 28 de setembro de 2008 manifestamos nosso apoio ao Manifesto contra a criminalização das mulheres que praticam aborto apresentado pela **Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto**.

Centenas de mulheres no Brasil estão sendo perseguidas, humilhadas e condenadas por recorrerem à prática do aborto. Isso ocorre porque ainda temos uma legislação do século passado – 1940 –, que criminaliza a mulher e quem a ajudar.

A criminalização do aborto condena as mulheres a um caminho de clandestinidade, ao qual se associam graves perigos para as suas vidas, saúde física e psíquica, e não contribui para reduzir este grave problema de saúde pública.

As mulheres pobres, negras e jovens, do campo e da periferia das cidades, são as que mais sofrem com a criminalização. São estas que recorrem a clínicas clandestinas e a outros meios precários e inseguros, uma vez que não podem pagar pelo serviço clandestino na rede privada, que cobra altíssimos preços, nem podem viajar a países onde o aborto é legalizado, opções seguras para as mulheres ricas.

A estratégia dos setores ultraconservadores, religiosos, intensificada desde o final da década de 1990, tem sido o “estouro” de clínicas clandestinas que fazem aborto. Os objetivos destes setores conservadores são punir as mulheres e levá-las à prisão. Em diferentes Estados, os Ministérios Públicos, ao invés de garantirem a proteção das cidadãs, têm investido esforços na perseguição e investigação de mulheres que recorreram à prática do aborto. Fichas e prontuários médicos de clínicas privadas que fazem procedimento de aborto foram recolhidos, numa evidente disposição de aterrorizar e criminalizar as mulheres. No caso do Mato Grosso do Sul, foram quase 10 mil mulheres ameaçadas de indiciamento; algumas já foram processadas e punidas com

a obrigação de fazer trabalhos em creches, cuidando de bebês, num flagrante ato de violência psicológica contra estas mulheres.

A estas ações efetuadas pelo Judiciário somam-se os maus tratos e humilhação que as mulheres sofrem em hospitais quando, em processo de abortamento, procuram atendimento. Neste mesmo contexto, o Congresso Nacional aproveita para arrancar manchetes de jornais com projetos de lei que criminalizam cada vez mais as mulheres. Deputados elaboram Projetos de Lei como o “bolsa estupro”, que propõe uma bolsa mensal de um salário mínimo à mulher para manter a gestação decorrente de um estupro. A exemplo deste PL, existem muitos outros similares.

A criminalização das mulheres e de todas as lutas libertárias é mais uma expressão do contexto reacionário, criado e sustentado pelo patriarcado capitalista globalizado em associação com setores religiosos fundamentalistas. Querem retirar direitos conquistados e manter o controle sobre as pessoas, especialmente sobre os corpos e a sexualidade das mulheres.

Ao contrário da prisão e condenação das mulheres, o que necessitamos e queremos é uma política integral de saúde sexual e reprodutiva que contemple todas as condições para uma prática sexual segura.

A maternidade deve ser uma decisão livre e desejada e não uma obrigação das mulheres. Deve ser compreendida como função social e, portanto, o Estado deve prover todas as condições para que as mulheres decidam soberanamente se querem ou não ser mães, e quando querem. Para aquelas que desejam ser mães devem ser asseguradas condições econômicas e sociais, através de políticas públicas universais que garantam assistência a gestação, parto e puerpério, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno de uma criança: creche, escola, lazer, cultura, saúde. As mulheres que desejam evitar gravidez devem ter garantido o planejamento reprodutivo e as que necessitam interromper uma gravidez indesejada deve ser assegurado o atendimento ao aborto legal e seguro no sistema público de saúde.

Neste contexto, não podemos nos calar!

Nós, sujeitos políticos, movimentos sociais, organizações políticas, lutadores e lutadoras sociais e pelos direitos humanos, reafirmamos nosso compromisso com a construção de um mundo justo, fraterno e solidário, nos rebelamos contra a criminalização das mulheres que fazem aborto, nos reunimos nesta Frente para lutar pela dignidade e cidadania de todas as mulheres.

Nenhuma mulher deve ser impedida de ser mãe. E nenhuma mulher pode ser obrigada a ser mãe. Por uma política que reconheça a autonomia das mulheres e suas decisões sobre seu corpo e sexualidade.

Pela defesa da democracia e do princípio constitucional do Estado laico, que deve atender a todas e todos, sem se pautar por influências religiosas e com base nos critérios da universalidade do atendimento da saúde!

Por uma política que favoreça a mulheres e homens um comportamento preventivo, que promova de forma universal o acesso a todos os meios de proteção à saúde, de concepção e anticoncepção, sem coerção e com respeito.

Nenhuma mulher deve ser presa, maltratada ou humilhada por ter feito aborto!
Dignidade, autonomia, cidadania para as mulheres!

Pela não criminalização das mulheres e pela legalização do aborto!